



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO

2015-2017

Maputo, Agosto 2014

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	3
Lista de Tabelas e Gráficos.....	4
Lista de Tabelas.....	4
Lista de Gráficos.....	4
RESOLUÇÃO.....	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1. INTRODUÇÃO	8
2. CONJUNTURA MACROECONÓMICA	11
2.1 <i>Conjuntura Internacional</i>	11
2.2 <i>Conjuntura Nacional</i>	14
2.2.1 Principais Pressupostos Macroeconómicos.....	15
2.2.2 Promotores do Crescimento Económico no Médio-Prazo	16
2.2.3 Principais Constrangimentos à Economia no Médio prazo	20
3. POLÍTICA FISCAL.....	21
3.1 Perspectivas fiscais a médio prazo.....	21
3.2 Envelope de Recursos	23
3.2.1 Receitas Internas	25
3.2.2 Receitas Externas	26
3.3 Despesas por Classificação Económica	28
3.3.1 Despesa Corrente	30
3.3.2 Despesas de Investimento	31
3.4 <i>Principais Riscos Fiscais no Médio Prazo</i>	33
4. PROJECCÕES DA AFECTAÇÃO DAS DESPESAS A MÉDIO PRAZO.....	34
4.1 <i>Critérios de Afectação Estratégica de Recursos</i>	34
4.2 Afectação por Âmbito da Despesa Total (Funcionamento e Investimento Interno).....	36
4.5 Afectação Sectorial da Despesa Total	41
4.5.1 Programas Promoção de Desenvolvimento Económico	41
4.5.2 Programas Promoção de Desenvolvimento Social	44
4.6 Equilíbrio Orçamental	46
5. Conclusões	46
6. Anexos	48

LISTA DE ABREVIATURAS

AT	Autoridade Tributária de Moçambique
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MDG	<i>Millennium Development Goals</i> (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio)
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MINAG	Ministério da Agricultura
MIREM	Ministério dos Recursos Minerais
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
NUIT	Número de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
POP	Planificação e Orçamentação por Programa
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PNISA	Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário
PSI	<i>Policy Support Instrument</i>
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SADC	<i>Southern African Development Community</i> (Comunidade para Desenvolvimento da África Austral)
UGB	Unidade Gestora Beneficiária

Lista de Tabelas e Gráficos

Lista de Tabelas

Tabela 1. Taxas de Crescimento Mundial e dos principais grupos de países (%)	11
Tabela 2. Índice mundial do preço de petróleo	13
Tabela 3. Taxas de crescimento do comércio (variação percentual)	13
Tabela 4. Taxa de Inflação na Economia Mundial (%).....	14
Tabela 5. Principais Indicadores Macroeconómicos.....	15
Tabela 6. Previsão do Crescimento Sectorial do PIB	16
Tabela 7. Perspectivas de Produção do Carvão Mineral.....	17
Tabela 8. Projectos Estruturantes do Sector Privado	18
Tabela 9. Projectos Estruturantes do Sector Público (PII)	19
Tabela 10. Projectos do Sector Privado em fase de Negociação	20
Tabela 11. Receitas, Despesas e Défice em Milhões de MT	22
Tabela 12: Envelope de Recursos 2015-2017.....	24
Tabela 13. Evolução dos Recursos Internos	25
Tabela 14. Recursos Externos.....	27
Tabela 15: Despesa do Estado.....	29
Tabela 16. Previsão das Despesas Correntes por Classificação Económica	30
Tabela 17: Previsão da Despesa de Investimento.....	32
Tabela 18: Resumo da Despesa Total por Âmbito (Funcionamento + Investimento Interno)	37
Tabela 19: Resumo da despesa de Funcionamento por âmbito e classificação económica	38
Tabela 20: Resumo da despesa de investimento Interna por âmbito	40
Tabela 21: Mapa de Equilíbrio Orçamental	46

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Índice mundial de preços de cereais e de matéria-prima agrícola.....	12
Gráfico 2: Receitas, Despesas e Défice em Percentagem do PIB.....	23
Gráfico 3: Envelope de Recursos 2015-2017 em percentagem do Total dos Recursos	25
Gráfico 4: Receitas do Estado em percentagem do PIB (Gráfico à Esquerda) e Crescimento Anual da Receita do Estado (Gráfico à Direita)	26
Gráfico 5: Financiamento Externo.....	27
Gráfico 6: Despesas do Estado % do PIB.....	29
Gráfico 7: Taxa de crescimento anual nominal das despesas	30
Gráfico 8: Despesas Correntes em % do PIB	31
Gráfico 9: Despesa de Investimento	32
Gráfico 10: Resumo da afectação dos recursos internos por âmbito (Funcionamento + Investimento Interno).....	38
Gráfico 11: Resumo da despesa de funcionamento por âmbito.....	39
Gráfico 12: Resumo da despesa de investimento interna por âmbito.....	40

RESOLUÇÃO

CONSELHO DE MINISTROS

RESOLUÇÃO Nº /2014

DE ____ DE _____

O Cenário Fiscal de Médio Prazo é um instrumento rolante de planificação e orçamentação de médio prazo, através do qual são organizadas, actualizadas e apresentadas as opções estratégicas adequadas para materializar as grandes linhas de políticas para o próximo quinquénio.

Havendo necessidade de garantir que o processo de planificação e orçamentação nos anos de 2015 a 2017, tenha no Cenário Fiscal de Médio Prazo um instrumento orientador na afectação de recursos, ao abrigo do n.º 4, do artigo 210, da Constituição da República, determino:

Artigo 1: É aprovado o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2015-2017.

Artigo 2: Na elaboração do Orçamento de Estado de 2015 devem ser observados os limites globais estabelecidos no CFMP 2015-2017, salvo se houver alterações nos pressupostos macroeconómicos.

Artigo 3: Havendo mudanças conjunturais e estruturais nos anos subsequentes, o CFMP será revisto de modo a ajustar-se à nova realidade, e as alterações efectuadas deverão ser tomadas em consideração no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento do Estado (OE).

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos ____ de Agosto de 2014

Publique-se

O Primeiro-Ministro

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento rolante de planificação e orçamentação de médio prazo, através do qual são organizadas, actualizadas e apresentadas as opções estratégicas adequadas para materializar as grandes linhas de políticas para o próximo quinquénio

Neste contexto, o CFMP 2015-1017 tem como objectivo delinear o contexto económico em que o próximo orçamento estará inserido, explicar a Política Fiscal no contexto das perspectivas económicas e propor a estrutura de afectação dos recursos para os próximos 3 anos.

Deste modo, as perspectivas de médio prazo consistem na preservação da estabilidade macroeconómica, garantindo um forte investimento público e privado, facilitando o crédito para a economia, preservando ao mesmo tempo um ambiente de uma taxa de inflação baixa.

As projecções de médio prazo apontam para uma conjuntura nacional e internacional favoráveis para o crescimento da economia nacional, impulsionado pelas projecções de crescimento nos sectores de transporte e comunicações, construção e serviços financeiros e do aumento da produção e exportação do carvão mineral e do gás natural liquefeito. Com este dinamismo, espera-se alcançar um crescimento do PIB a uma taxa média anual de 8,2%. Adicionalmente, projecta-se uma estabilidade nos preços dos principais produtos nacionais e importados, o que irá conduzir a uma taxa de inflação no médio prazo de cerca de 5,6% e um regime de taxas de câmbio flexíveis na perspectiva de assegurar a competitividade externa e um nível confortável de reservas internacionais.

Em termos de política fiscal projecta-se para o próximo triénio medidas que visam a manutenção da estabilidade macroeconómica, a promoção do crescimento económico sustentável e mais inclusivo através da redução do défice fiscal até cerca de 4,9% do PIB em 2017. O alcance desta meta irá implicar a adopção de políticas, estratégias e reformas fiscais que permitem o alargamento do espaço fiscal e o controlo do crescimento das despesas correntes, focalizando nas

despesas que promovem o crescimento económico e social, como forma a aumentar as receitas domésticas de modo a compensar a redução da ajuda externa.

No que tange ao envelope de recursos, as previsões apontam que no médio prazo as receitas do Estado vão crescer de forma desacelerada e os donativos vão baixar, o que torna necessário o aumento do crédito externo, uma vez que o Governo de Moçambique procura manter o crédito interno em torno de 1% do PIB.

As despesas de funcionamento vão registar um crescimento desacelerado no médio prazo. Adicionalmente, espera-se uma redução na despesa de investimento em resultado da retirada do apoio por parte de alguns financiadores e redução de fundos externos (principalmente os donativos). O decréscimo na componente externa pode ser justificado pela crise financeira que ainda afecta grande parte das economias desenvolvidas, o que impõe restrições fiscais, reduzindo desta forma a sua capacidade de contribuírem continuamente para o financiamento de programas de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento.

Neste contexto, a política da despesa no médio prazo irá envidar esforços para minimizar o crescimento anual para todos os tipos de despesas em concordância com o crescimento projectado da inflação e garantir que os projectos de investimento em curso sejam mantidos e incorporados novos projectos prioritários do Plano Integrado de Investimentos (PII). Adicionalmente, está orçado um fundo para reconstrução pós calamidade naturais.

No que tange a afectação dos recursos, verificou-se que enquanto a despesa a nível central manteve os seus níveis nos últimos anos, é possível notar um efeito de substituição na alocação Provincial e Distrital, tendo o orçamento Provincial reduzido em virtude do aumento na alocação para o nível Distrital. Este cenário é resultado da implementação da lei 8/2002 que estabelece o distrito como o centro de implementação dos programas do Governo.

1. INTRODUÇÃO

1. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação que faz a previsão da despesa pública, bem como dos recursos financeiros disponíveis, a nível global e sectorial, num horizonte temporal de médio prazo. É rolante e sujeito a uma actualização anual, no contexto do ciclo orçamental, para reflectir as mudanças conjunturais e estruturais do momento.
2. O presente cenário é elaborado num contexto particular, decorrente de ser o último ano da implementação do PQG 2010-2014, e, ainda não ter sido concebido o Programa Quinquenal do Governo para o período 2015-2019. Neste contexto, a afectação estratégica dos recursos poderá ser ajustada em função das linhas de política do próximo instrumento de orientação do governo (PQG).
3. Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do Regulamento do SISTAFE, “*o CFMP é um elemento condicionante no processo de elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado. É um instrumento de base na programação e gestão de recursos financeiros cujos objectivos são de apresentar as opções de política económica do Governo no médio prazo, estabelecer a previsão de recursos disponíveis para financiar a despesa pública e estabelecer uma ligação consistente entre os objectivos e prioridades do Governo e o uso de recursos no Orçamento do Estado*”.
4. Assim, dadas as suas opções estratégicas direccionadas à materialização das grandes linhas constantes no Programa Quinquenal do Governo (PQG), o CFMP é um instrumento fundamental no processo de preparação do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para o próximo exercício económico contribuindo deste modo para o alcance de uma política fiscal mais estável, através da afectação criteriosa de recursos por áreas prioritárias e de aplicação mais eficiente e efectiva dos recursos financeiros na prestação de serviços públicos. Em conformidade com estes princípios, os objectivos do CFMP são:
 - A melhoria da situação macro-fiscal e do equilíbrio macroeconómico em geral, com base num quadro de recursos consistente e realista, o que implica défices públicos controlados, situação económica melhorada e uma maior estabilidade das finanças públicas;

- A melhoria da afectação dos recursos orçamentais pelos sectores e território segundo as prioridades estratégicas de crescimento e de redução da pobreza;
 - Maior previsibilidade na disponibilização dos recursos financeiros, viabilizando assim uma melhor programação sectorial e contribuindo para a sua sustentabilidade, através da fixação dos tectos orçamentais visando o uso mais eficiente dos recursos financeiros.
5. Neste contexto, o CFMP 2015-2017 apresenta as prioridades estratégicas e os limites globais de despesa que orientam o estabelecimento de limites indicativos para os Órgãos e Instituições do Estado. O documento apresenta, de forma estratégica, afectação de recursos para as despesas de funcionamento e de investimento para programas estratégicos nos diferentes níveis. Durante o processo de definição de limites indicativos sectoriais, é observada a necessidade e a possibilidade de ligação e integração de acções sectoriais que concorram para a materialização dos mesmos objectivos.
 6. Adicionalmente, o CFMP 2015-2017 dá continuidade a abordagem metodológica de planificação e orçamentação por programa (POP), quebrando o ciclo de planificação por Unidade Gestora e Beneficiária (UGB), concentrando-se, na planificação sectorial.
 7. O presente documento está estruturado da seguinte forma:
 - **Capítulo 1:** Apresenta o sumário executivo e a introdução.
 - **Capítulo 2:** Apresenta o contexto económico que sustentará o próximo orçamento e define o pensamento estratégico sobre a direcção da economia com objectivo último de combate a pobreza.
 - **Capítulo 3:** Apresenta a análise das tendências fiscais e uma avaliação das perspectivas de médio prazo no que tange: (i) receitas internas, (ii) financiamento externo, (iii) financiamento do défice e estabilização da Dívida Pública. Por último, este providencia uma avaliação das medidas para ajudar a mitigar os riscos fiscais da despesa a médio prazo.

- **Capítulo 4:** Apresenta as decisões sobre as despesas de médio prazo estruturado por localização geográfica e sector. Esta secção evidencia os projectos de investimentos chave que estão planeados, a fonte de financiamento e um sumário dos principais resultados esperados.

2. CONJUNTURA MACROECONÓMICA

2.1 Conjuntura Internacional

8. As actuais projecções para a economia mundial apresentadas pelo FMI no WEO (World Economic Outlook) de Abril, revelam melhorias do crescimento do PIB em 2014 e um reforço gradual a partir de 2015, que é justificada em parte pelos avanços dos países desenvolvidos, onde os hiatos do produto permaneceram grandes, culminando com o aumento demanda interna.
9. A fraca robustez do sistema financeiro e a continuação da crise da dívida soberana da área do euro poderão ter ainda um impacto significativo nos custos de financiamento e nos níveis de confiança dos agentes económicos, o que pode influenciar o crescimento da economia mundial.
10. Por um lado, para o conjunto das economias avançadas, prevê-se entre 2015 e 2017 um crescimento médio de 2,4%. Os países emergentes e em desenvolvimento deverão continuar com um crescimento robusto, devendo o PIB crescer em média cerca de 5,4%.
11. Destaca-se também a região da África Subsaariana, com previsões de crescimento médio de 5,6% para o período em análise, o que poderá constituir uma oportunidade para o incremento das trocas comerciais com o país, apesar das fraquezas internas advindas das limitações estruturais no investimento e do produto potencial.

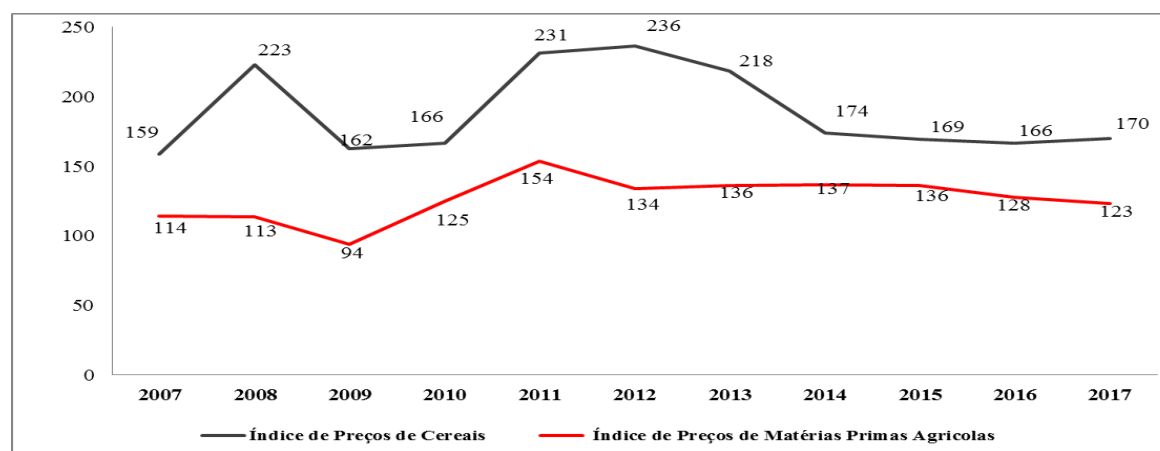
Tabela 1. Taxas de Crescimento Mundial e dos principais grupos de países (%)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						« Projecções »			
Mundial	-0,4	5,2	3,9	3,2	3,0	3,6	3,9	4,0	3,9
Economias Avançadas	-3,4	3,0	1,7	1,4	1,3	2,2	2,3	2,4	2,4
Zona Euro	-4,4	2,0	1,6	-0,7	-0,5	1,2	1,5	1,5	1,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	3,1	7,5	6,3	5,1	4,7	4,9	5,3	5,4	5,4
Ásia em Desenvolvimento	7,7	9,7	7,9	6,7	6,5	6,7	6,8	6,7	6,6
África Sub-Sahariana	2,6	5,6	5,5	4,9	4,9	5,4	5,5	5,8	5,5
África de Sul	-1,5	2,9	3,1	2,5	1,9	2,3	2,7	3,2	3,0

Fonte: FMI_WEO_Abril de 2014

12. Dados da FAO, estimam uma redução da produção mundial de cereais em 63 milhões de toneladas de 2013 para 2014, justificada pelos problemas climáticos que vem sendo anunciados na China, Tailândia, Paquistão e outros países asiáticos, assim como, as tensões políticas na região do Mar negro que criam uma maior volatilidade no mercado de alimentos.
13. Na África Subsaariana, a produção será menor do que o esperado devido à falta de chuvas na região ocidental do continente. Portanto, as necessidades de importação devem intensificar-se e alcançar cerca de 13,5 milhões de toneladas em 2014, contra 12,9 milhões de toneladas em 2013.
14. Apesar dos constrangimentos na produção de cereais, referidos nos parágrafos anteriores, estima-se para o ano de 2015 uma queda de preços de cereais em 2,8%, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 1. Índice mundial de preços de cereais e de matéria-prima agrícola



Fonte: FMI_WEO_Abril de 2014

15. As previsões de redução e estabilização do índice de preços dos cereais e das matérias-primas agrícolas constituem desvantagem para os países exportadores e vantagens para os que importam.
16. Para o caso do petróleo, o preço no médio prazo é em parte influenciado pelo aumento da demanda pelos países não produtores. As projeções do WEO de Abril de 2014, indicam

uma queda do preço do barril de petróleo de USD 104,18 em 2013 para USD 90,0 em 2017 que corresponde a uma redução de 13,6%.

Tabela 2. Índice mundial do preço de petróleo

Preços de Petroleo (USD\$ por barril)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
					« Projecções »				
Preço de Petroleo (Mundial)	61,9	79,6	111,0	112,0	108,8	108,0	103,0	98,2	94,9

Fonte: FMI_ World Economic Outlook, Abril de 2014

17. Apesar da queda de preços do barril de petróleo projectada para os próximos anos, os combustíveis sofrem agravamentos no mercado nacional, influenciados pelos custos de importação, de manuseamento e de distribuição aos postos de abastecimento, onde a taxa de câmbio do metical face a principal moeda de transacção com o resto do mundo (dólar americano) pode ser um factor amortecedor (no caso da apreciação do metical) ou agravante (no caso da depreciação do metical) no preço final ao consumidor.

18. No que respeita o comércio internacional, as recentes projecções indicam uma tendência de aceleração do crescimento do volume de transacções de bens e serviços no mercado internacional, impulsionada principalmente pelas economias avançadas e pelas economias emergentes e em desenvolvimento, conjugadas pelo aumento da demanda externa.

Tabela 3. Taxas de crescimento do comércio (variação percentual)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
					« Projecções »				
Volume de Comercio Internacional	-10,6	12,8	6,2	2,8	3,0	4,3	5,3	5,6	5,7
Importações									
Economias Avancadas	-12,2	11,7	4,8	1,1	1,4	3,5	4,5	5,1	5,3
Zona Euro	-11,4	9,8	4,4	-1,1	0,3	2,8	3,5	4,2	4,7
Economia Emergentes e em Desenvolvimento	-8,0	14,4	9,2	5,8	5,6	5,2	6,3	6,5	6,3
Asia em Desenvolvimento	-1,3	18,8	9,8	5,6	6,3	6,9	7,0	6,8	6,7
Africa Subsahariana	-2,4	8,8	9,9	6,0	6,3	5,6	6,1	6,1	4,6
África do Sul	-17,4	11,0	10,0	6,0	4,7	2,0	2,5	3,2	3,5
Exportações									
Economias Avancadas	-11,7	12,4	5,7	2,1	2,3	4,2	4,8	5,1	5,3
Zona Euro	-12,8	11,6	6,4	2,3	1,4	3,4	4,2	4,4	4,7
Economia Emergentes e em Desenvolvimento	-7,9	13,9	7,0	4,2	4,4	5,0	6,2	6,4	6,2
Asia em Desenvolvimento	-7,9	23,0	8,4	4,0	6,8	6,8	7,3	7,2	7,0
Africa Subsahariana	-4,3	6,2	4,3	3,7	3,9	5,5	6,0	7,1	6,5
África do Sul	-19,5	9,0	6,8	0,4	4,2	4,3	4,1	4,8	4,2

Fonte: FMI_ World Economic Outlook, Abril de 2014

19. Perspectiva-se que as importações continuarão a crescer mais do que as exportações nas regiões da África Subsaariana e nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento, verificando-se o contrário nas Economias Avançadas e na Zona Euro, onde as exportações crescerão a um ritmo mais acelerado que as importações.

20. O nível de crescimento dos preços médios anuais a nível mundial será moderado no médio prazo, resultante das perspectivas de declínio dos preços das *commodities*, especialmente dos combustíveis e alimentos. As projecções para o ano de 2015 mostram uma redução da inflação em quase todas economias, quando comparado com a previsão para o ano de 2014.

Tabela 4. Taxa de Inflação na Economia Mundial (%)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	CGE				REO	OE	<< Projecções	>>	
Mundial	2,5	3,6	4,9	3,9	3,6	3,5	3,4	3,6	3,5
Economias Avançadas	0,1	1,5	2,7	2,0	1,4	1,5	1,6	1,8	1,9
Zona Euro	0,3	1,6	2,7	2,5	1,3	0,9	1,2	1,3	1,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,4	5,9	7,3	6,0	5,8	5,5	5,2	5,4	4,9
Ásia em Desenvolvimento	3,2	5,3	6,5	4,6	4,5	4,5	4,3	4,1	4,0
África Sub-Sahariana	9,7	7,5	9,4	9,0	6,3	6,1	5,9	5,7	5,6
África de Sul	7,1	4,3	5,0	5,7	5,8	6,0	5,6	5,4	5,2
Moçambique	3,3	12,7	10,4	2,1	4,2	5,6	5,6	5,6	5,6

Fonte: FMI_WEO_Abril de 2014

2.2 Conjuntura Nacional

21. A economia moçambicana tem registado um crescimento económico assinalável e alcançou uma taxa média anual de cerca de 7,0% entre 2009 e 2013. Este crescimento foi acompanhado por uma conjuntura interna caracterizada por uma estabilidade macroeconómica, que permitiu uma desaceleração da inflação média anual para o nível historicamente baixo de 2,1% em 2012. Em 2013, o nível de preços continuou baixo, com a média anual da inflação em 4,2%, como resultado da gestão prudente da liquidez, combinado com preços administrados estáveis e a recuperação da produção nacional de alimentos pós-cheias.

22. A conjuntura internacional caracterizada pela crise financeira, de petróleo e alimentos teve impacto adverso em 2009 no desempenho económico e nas exportações. Porém, o volume de exportações continuou a registar um aumento, dinamizado pelos grandes projectos, sendo de destacar o início de produção em grande escala do carvão mineral em 2011.

2.2.1 Principais Pressupostos Macroeconómicos

23. O quadro que se segue apresenta o resumo dos indicadores económicos para o período 2015 – 2017. Entretanto, durante o processo de preparação do Plano Económico e Social e Orçamento de Estado para 2015 os pressupostos apresentados poderão sofrer alterações, caso se verifiquem variações nas tendências dos principais indicadores.

Tabela 5. Principais Indicadores Macroeconómicos

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						<< Previsão >>			
PIB Nominal (Milhões de MT)	266,213	314,961	364,737	407,903	461,101	527,544	602,344	688,436	784,203
PIB Nominal (Milhões de USD)	9,967	9,648	12,167	14,363	15,405	16,796	18,436	20,457	22,624
Taxa de crescimento do PIB real (%)	6.3	7.1	7.3	7.2	7.1	8.0	8.2	8.2	7.9
PIB per capita (MT)	12,200	14,100	15,800	17,200	18,900	21,100	23,400	26,100	28,900
PIB per capita (USD)	457.2	430.4	527.9	604.5	632.3	670.8	716.6	774.3	834.0
Taxa de Inflação média anual (%)	3.3	12.7	10.4	2.1	4.2	4.6	5.6	5.6	5.6
Exportações (Milhões de USD)	2,193	2,333	3,118	3,856	4,123	4,774	5,936	6,752	7,748
População (1000 Habitantes)	21,803	22,417	23,050	23,760	24,366	25,042	25,728	26,424	27,129

Fonte: INE, Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2014

24. Desenvolvimentos recentes sobre as perspectivas no médio prazo, revelam um crescimento económico elevado e robusto a reflectir o *boom* na indústria extractiva, conjugado com a recuperação da economia mundial que influenciará a dinâmica nos sectores em expansão.

25. Os objectivos da política macroeconómica continuarão focados na estabilidade de preços com uma taxa de inflação no médio prazo de cerca de 5,6% e um regime de taxas de câmbio flexíveis na perspectiva de assegurar a competitividade externa e um nível confortável de reservas internacionais.

26. A dinâmica da balança de pagamentos continuará a ser influenciada pelos grandes investimentos dos projectos na área de recursos naturais. Sendo assim, espera-se um incremento no volume de exportações acompanhando os desenvolvimentos nos níveis de produção de carvão e outros minerais, e espera-se um aumento contínuo nas importações e no Investimento Directo Estrangeiro.

2.2.2 Promotores do Crescimento Económico no Médio-Prazo

2.2.2.1 Tendência do Crescimento Sectorial do PIB

27. Em 2013, a economia nacional foi influenciada por uma conjuntura adversa, devido ao impacto negativo das cheias nos diferentes sectores de actividade, resultando numa revisão em baixa do crescimento do PIB de 8,0% para 7,1%.

28. Entretanto, no período de 2014-2017 espera-se uma aceleração do crescimento económico para uma taxa média de 8,2% em resultado da recuperação da economia em 2014 face as cheias do ano anterior, conjugado com o aumento da produção e exportação do carvão, maior dinâmica nos sectores de transportes e comunicações, construção e serviços financeiros em todo período.

Tabela 6. Previsão do Crescimento Sectorial do PIB

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
					<< Projecção >>				
Agro-Pecuário e Silvicultura	7.1	6.6	6.5	5.4	4.2	8.1	6.2	6.5	6.2
Pesca	-9.9	8.1	6.5	7.6	4.0	3.5	4.2	4.4	4.1
Indústria Extractiva	3.0	12.6	15.5	39.3	33.4	15.6	31.3	24.7	4.7
Indústria Manufactureira	2.4	4.4	3.2	4.6	2.1	4.2	4.6	4.9	5.1
Electricidade e Água	13.0	5.6	6.7	-2.4	0.4	9.7	7.4	7.2	7.0
Construção	5.8	5.4	4.6	10.4	12.2	8.9	9.0	9.5	10.0
Comércio e Serviços	6.1	3.9	12.1	6.3	7.1	8.8	8.6	8.9	9.1
Restaurantes e Hotéis	2.2	5.9	9.7	-0.4	7.0	7.6	7.4	7.6	7.7
Transporte e Comunicações	10.2	14.5	6.5	11.2	11.6	11.9	9.8	9.9	10.5
Serviços Financeiros	9.8	12.4	5.5	13.3	17.5	11.7	14.3	14.2	13.9
Aluguer de Imóveis e Serv. de Emp.	2.0	2.0	1.7	6.5	2.2	1.9	2.1	2.2	2.2
Administração Pública e Defesa	7.5	8.9	10.2	11.0	10.7	11.1	8.2	8.3	8.5
Educação	11.0	10.3	7.4	12.0	10.4	10.9	10.2	10.1	10.2
Saúde	7.3	9.3	8.9	7.7	9.1	9.8	9.8	10.1	9.6
Outros Serviços	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4

Fonte: INE, Projecções do Quadro Macro-MPD-MF, 2014

29. A dinâmica esperada nos sectores é justificada pelos seguintes factores:

- O aumento da produção agrícola resultante da intensificação da produção de alimentos, através de investimentos em infra-estruturas e equipamentos (irrigação e máquinas), sementes, pesticidas, pesquisa e extensão agrária, num contexto de boas expectativas climáticas.
- O crescimento do sector extractivo está ligado ao aumento significativo da produção do carvão mineral, em linha com a previsão de produção das empresas, indicadas na tabela 7. Este aumento será impulsionado pela conclusão da expansão da linha de Sena em 2014 e a conclusão da linha de Nacala via Malawi em 2015. A tabela abaixo também evidencia que a produção irá crescer a um ritmo muito acelerado de 2014 a 2016, prevendo-se uma desaceleração em 2017 em resultado da estabilização dos níveis de produção decorrente da infra-estrutura de escoamento existente.

Tabela 7. Perspectivas de Produção do Carvão Mineral

Qtd em toneladas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
				<< Previsão >>			
<i>Coque</i>	451,154	2,991,794	3,239,639	4,720,822	9,208,580	13,426,923	14,415,000
<i>Térmico</i>	197,066	1,962,200	2,228,595	2,857,162	4,351,812	8,162,252	8,625,000
Total	648,220	4,953,994	5,468,234	7,577,984	13,560,392	21,589,175	23,040,000

Fonte: BdPES (2011-2013), Info das Empresas (2014-2017)

- O crescimento previsto no sector de transporte e comunicações resultará do contínuo aumento da capacidade de logística para o escoamento do carvão de Moatize pela linha de Sena e linha de Nacala, incremento do volume da carga em trânsito que catalisa o desenvolvimento dos serviços ferro-portuários e rodoviários, aumento da oferta de serviços das comunicações, aumento da demanda no transporte de carga para suportar os investimentos em infra-estruturas em curso a nível do país e um maior crescimento do ramo aéreo.
- O ramo de construção será impulsionado pelos investimentos em curso nas componentes de reabilitação de infra-estruturas públicas e privadas, incluindo as obras de Administração Pública, escolares e hospitalares. Neste período é de destacar os investimentos em infra-

estruturas estruturantes, inscritos no programa integrado de investimento (PII), como é o caso da construção e reabilitação das linhas férreas para o escoamento do carvão mineral e a construção da planta do gás natural liquefeito.

- O crescimento esperado nos serviços financeiros resultará do aumento do acesso aos produtos e serviços financeiros, aumento da oferta de crédito para o sector privado e da promoção da banca móvel.

2.2.2.2 Projectos Estruturantes

30. O crescimento esperado nos sectores irá reflectir a implementação de projectos estruturantes de pequena, média e grande dimensão, previstos. Estes projectos contribuirão positivamente para geração de emprego, arrecadação de receitas do Estado e na balança de pagamentos.

Tabela 8. Projectos Estruturantes do Sector Privado

NR de Ordem	Nome do Projecto	Objecto	Província	Distrito	Mão de Obra Prevista	US\$ 10 ⁶	Estagio
1	Terminal Petrolifera de Pemba	Construção de uma nova terminal portuária e um Parque Logístico para apoio a indústria	Cabo Delgado	Cidade de Pemba	300	330.000,00	Em implementação
2	CLIN-Corredor Logístico Integrado de Nacala	Construção de infra-estruturas portuárias do Terminal Portuário de Carvão	NAMPULA	Nacala-à-Velha	2.125	773.966,00	Em implementação
3	CLIN-Linhas Ferroviárias	Construção e operação da linha férrea Moatize a Nacal-à-Velha, para o transporte de carvão, carga geral e passageiros	NAMPULA	Nacala-à-Velha	323	818.770,00	Em implementação
4	ACWA Power Moatize Termoelétrica	Construção e operação de uma central termoelétrica usando o carvão para a produção de energia	TETE	Moatize	120	1.070.000,00	Encaminhado ao CM para decisão
5	Hidroelétrica Mphanda Nkuwa	Construção e operação de uma central hidroelétrica	TETE		170	1.900.000,00	Por iniciar
6	Envalor	Cultivo de cana-de-açúcar para a produção industrial de etanol, bem como a instalação e exploração de uma central eléctrica para a produção de energia	SOFALA		1.800	213.818,05	Por Iniciar
7	Mozambique Petrochemical Company	Construção de um complexo industrial para fabrico de fertilizantes e gasolina usando como matéria-prima o gás natural	INHAMBANE	Inhassoro	125	1.066.000,00	Em processo de mobilização dos financiamentos e negociação da matéria-prima (gas)
8	Massingir Agro-Industrial	Cultivo de cana-de-açúcar para produção de açúcar, ração animal, biofertilizantes e etanol	GAZA	Massingir	4.500	740.345,21	Desenvolvimento dos viveiros e mobilização de capitais para a importação do equipamento

31. Os projectos acima listados têm potencial para criar cerca de 1046.425 postos de trabalho com um impacto estratégico no alcance do crescimento económico inclusivo e redução da pobreza e vulnerabilidade no país.

32. Para além destes, prevê-se ainda a implantação de projectos estruturantes do sector público, com vista a redução do fosso existente em infraestruturas e a dinamização do processo produtivo. Estes projectos serão financiados sobre diferentes modalidades, designadamente, as parcerias público e privadas e a contratação de créditos concessionais e não concessionais. Dos projectos estruturantes em infraestruturas públicas, destacam-se os seguintes:

Tabela 9. Projectos Estruturantes do Sector Público (PII)

SECTOR	PROJECTOS	Custo USD (10 ⁶)	FINANCIADOR	INICIO-FIM (2014-2017)	FINANCIAMENTO
Infra-estruturas de Suporte a Produção Agrária, Agro-Processamento e Comercialização	Construção da Barragem Moamba Manjor	466	Brasil	2015	Não concessional
	Reabilitação do Regadio de Chokwe	136	CHINA	2015	Não concessional
	Regadio de N'guri	12		2012-2019	
	Reabilitação da Barragem de Chipembe	90,3	CHINA	2015	Não concessional
	Regadio de Chimunda				
Infra-estruturas Ferroviárias, Portuárias e Aeroportos	Linha Férrea: Moatize - Macuse	1700	PPP	2013-2018	PPP
	Porto de Macuse	1459	PPP	2013-2020	PPP
	Linha Férrea: Moatize - Nacala	4895	PPP	2013-2017	PPP
	Expansão do Porto de Nacala	7,89	JICA		PPP
Produção e Distribuição de Energia	Central Térmica a Gás de Maputo		Japão	2014	C. concessional
	Reabilitação das Centrais Mavuzi- Chicamba	68	Alemanha, Suécia, França	2014	C. concessional
Infra - Estrutura para o Desenvolvimento	Hospital Geral de Quelimane	45	Correia	2014	C. concessional
	Abastecimento de água ao Grande Maputo	130	BAD	2015	C. concessional
	Construção de 1200 Casas (Cabo Delgado, Zambézia e Tete)	47	Exim Bank India	2014	
	Construção do Aterro Sanitário para as Cidades de Maputo e Matola	45	Correia	2014	
Infra- Estruturas de estradas e pontes	Circular de Maputo (inclui a Ponte da Macaneta)	300	China	2014	
	Estrada Tica- Búzi				
	Ponte da Katembe e Estrada para Ponta de Ouro	725,8	China	2014	
	N13: Nampula - Cuamba	57	BAD-JICA	2014	
	Projecto BRT	300	JICA	2018	
	N14: Lichinga - Litunde	41	BAD	2014	
	Reabilitação da Estrada N6 entre Machipanda - Beira	417	China	2014	C. concessional

33. Para além dos projectos acima referidos, importa destacar aqueles do sector privado que se encontram ainda, em fase de análise e de negociação, cuja previsão é de criação de 702.500 postos de trabalho para nacionais.

Tabela 10. Projectos do Sector Privado em fase de Negociação

NR de Ordem	Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Distrito	Mão de Obra Prevista	US\$ 10 ⁶	Estagio
1	Mirco Sugar Plant	Cultivo de cana-de-açúcar para a produção industrial de açúcar	Zambézia	Mopeia	2.500	300.000,00	Em fase de Analise e de Negociação
2	Hidroeléctrica de Lupata	Construção e operação de uma central hidroeléctrica com capacidade de 416 Mw,	Tete		140.000	1.072.613,00	Em fase de Analise e de Negociação
3	Hidroeléctrica de Boroma	Construção e operação de uma central hidroeléctrica com capacidade 210 Mw,	Tete		80.000	572.550,00	Em fase de Analise e de Negociação
4	New Coal Terminal	construção, operação e gestão de uma terminal portuária para exportação de carvão mineral,	Sofala	cidade da Beira	480.000	495.924,95	Em fase de Analise e de Negociação
5	Corredor de Desenvolvimento de Chiuta	Construção de uma ferrovia com uma extensão de mil, cento e setenta e cinco (1.175) Kilómetros, destinada ao transporte de carvão e outros potenciais minerais, a partir de Chiuta até ao Porto de Nacala-a-Velha, nas Provincias de Tete e Nampula, respectivamente; e um porto de águas profundas capaz de permitir a atracagem de navios de tamanho ideal para os mercados mundiais	Tete e Nampula	Nacala-a-Velha		4.400.000,00	Em fase de Analise e de Negociação

2.2.3 Principais Constrangimentos à Economia no Médio prazo

34. Os factores que poderão influenciar negativamente o crescimento económico no médio prazo são:

- A vulnerabilidade da economia nacional a riscos climáticos (chuvas excessivas, secas e ciclones) com efeitos significativos nos sectores com maior contribuição no PIB;
- A fraca capacidade em infra-estruturas para o escoamento da produção do carvão mineral poderá comprometer os níveis de produção das companhias e o crescimento económico;

- Eventuais choques climatéricos na economia mundial podem acelerar os preços internacionais de cereais com um impacto significativo nos preços nacionais.
- Alguma alteração dos preços dos alimentos, electricidade e transportes; entre outros que poderão aumentar os custos de produção e de provisão de bens e serviços na economia nacional e por conseguinte uma aceleração da inflação no médio prazo.

3. POLÍTICA FISCAL

3.1 Perspectivas fiscais a médio prazo

35. A política fiscal refere-se ao comportamento e à administração das receitas e despesas do setor público, indicando a maneira como cada País gere seus recursos e obrigações. Assim, para o período em análise a política fiscal tem como objectivos:

- A manutenção da estabilidade macroeconómica, consubstanciada na monitoria dos choques externos e na manutenção de directrizes da política económica e social, aprofundando-se a consolidação entre as políticas fiscal, monetária e cambial, através da sincronização na realização da despesa pública, visando ancorar as expectativas inflacionárias e manter a estabilidade do Metical;
- Prosseguimento das acções de reforma na área tributária e aduaneira com vista a incrementar e diversificar os níveis de captação de receitas;
- Promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo, garantindo a distribuição equitativa dos recursos em acções e programas de produção alimentar susceptíveis de gerar emprego e auto-emprego; a prestação de assistência através de programas de protecção social à população de baixa renda; e a implementação de projectos de investimentos em infra-estruturas com vista a estimular a actividade económica e a aumentar a sua resiliência estrutural face aos choques externos; e
- Aumento da racionalidade na utilização dos recursos públicos, reforçando os padrões de economia, eficácia e eficiência da despesa pública, prosseguindo com os esforços visando

a promoção de uma maior equidade e justiça fiscais, a racionalização dos benefícios fiscais e a realização de investimentos que visam expandir e melhorar a qualidade na oferta de bens e serviços públicos básicos.

36. Neste contexto, a análise do défice orçamental constitui uma ferramenta fundamental para perceber a dinâmica da política fiscal. Assim, a tabela abaixo mostra que os níveis de défice irão decrescer de 2014 a 2016, todavia, em 2017 o défice volta a aumentar, fixando-se em 4,9% do PIB, contra os 10,5% do PIB previstos para 2014.

37. Adicionalmente, conforme plasmado no objectivo da política fiscal e orçamental do Programa Quinquenal do Governo 2010 -2014, as receitas do Estado devem crescer a 0,5pp do PIB. Contudo, as projecções para 2014 e 2015 apresentam um crescimento acima destes níveis devido a inclusão da previsão das mais-valias. As projecções para 2016 e 2017 não incluem a previsão das mais-valias. Decorrem análises para apurar os indicadores ajustados da receita.

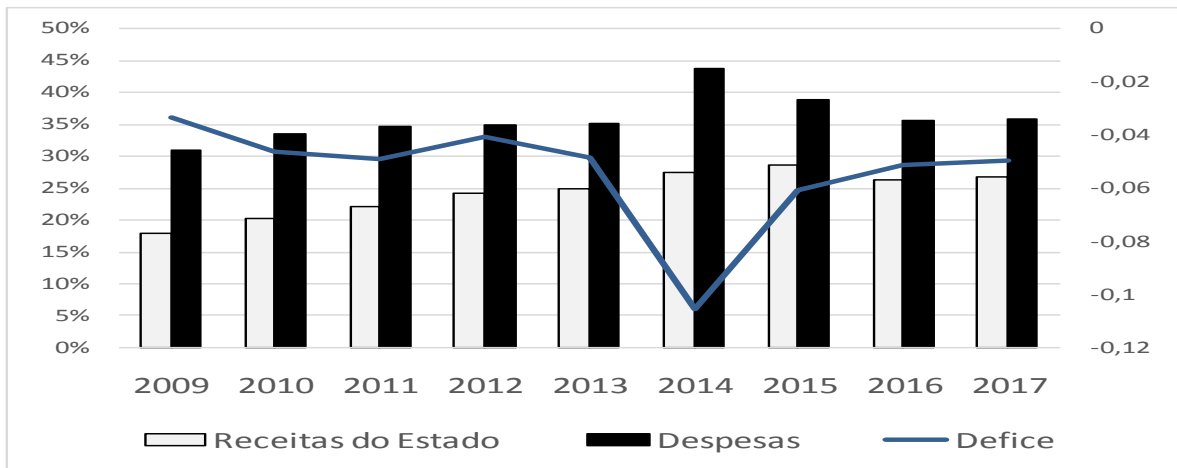
Tabela 11. Receitas, Despesas e Défice em Milhões de MT

Em Milhões de Meticais	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	CGE			Lei			<< Projecções >>		
Receitas do Estado	47 565	63 566	81 010	98 477	126 319	147 372	172 693	181 227	210 181
Despesas	82 233	105 416	126 226	142 431	178 520	234 203	234 939	245 463	281 849
Défice	(8 897)	(14 531)	(17 834)	(16 622)	(21 968)	(56 429)	(36 724)	(35 322)	(38 731)

Fonte: Projecções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

38. Portanto, a meta fiscal do Governo é reduzir o défice dos actuais 10,5% do PIB até cerca de 4,9% do PIB em 2017. Porém, a redução do défice não será fácil de se alcançar, dado que as projecções do médio prazo indicam que a receita do Estado irá crescer a um ritmo mais desacelerado e a ajuda externa apresenta uma tendência de redução.

Gráfico 2: Receitas, Despesas e Défice em Percentagem do PIB



39. Neste contexto, as principais ferramentas para o alcance desta meta, são a adopção de políticas, estratégias e reformas fiscais que permitem o alargamento do espaço fiscal e racionalização das despesas.

40. Para tal, é necessário, por um lado, criar mecanismos para aumentar as receitas domésticas para compensar a redução da ajuda externa e por outro lado, deve-se fortalecer o controlo do crescimento das despesas correntes e focalizar a atenção nas despesas que promovem o crescimento económico.

41. Assim sendo, as próximas secções fazem análises das tendências das receitas e das despesas olhando para o histórico desde 2009, com forma de orientação na tomada de decisões sobre a política fiscal no médio prazo.

3.2 Envelope de Recursos

42. A actual composição do envelope de recursos reflecte uma mudança com implicações na política fiscal no médio prazo.

43. As projecções do médio prazo mostram que o volume total de recursos vai crescer de forma desacelerada de 2014 a 2017 de cerca 240 mil milhões de meticais em 2014 para 289,1 mil milhões de meticais em 2017.

Tabela 12: Envelope de Recursos 2015-2017

Em Milhões de Meticais	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	CGE			Lei			<< Projecções >>		
Total de Recursos	87 438	109 820	125 886	147 066	190 564	240 891	248 807	252 170	289 130
Recursos Internos	47 855	67 984	83 629	101 627	129 477	153 087	176 606	183 579	213 357
Receitas do Estado	47 565	63 566	81 010	98 477	126 319	147 372	172 693	181 227	210 181
Crédito Interno	290	4 418	2 619	3 150	3 158	5 715	3 913	2 352	3 175
Recursos Externos	39 583	41 836	42 257	42 963	59 533	87 805	72 200	68 591	75 774
Donativos	25 771	27 318	27 382	27 332	30 233	30 402	25 521	28 914	32 937
Créditos	13 812	14 517	14 875	15 631	29 300	57 403	46 679	39 677	42 837

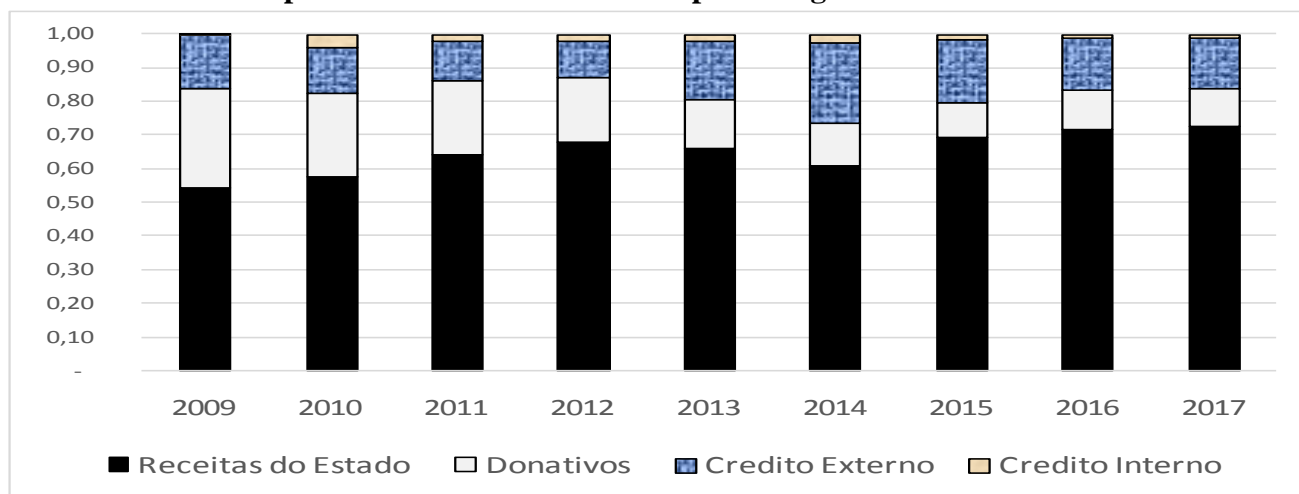
Fonte: Projecções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

44. Impulsionado pelos efeitos das mais-valias incorporados nas projecções do orçamento de 2014 e CFMP de 2015, espera-se que as receitas do estado cresçam a cerca de 0,7% do PIB de 2014 a 2015. Entretanto, as projecções de 2016 a 2017 excluem as mais-valias, fazendo com que o crescimento anual das receitas do Estado se estabilize numa taxa de 0,5pp do PIB, conforme plasmado no objectivo da política fiscal e orçamental do PQG (2010-2014). Entretanto, importa salientar que o actual PQG termina no corrente ano, pelo que esta política poderá ser reformulada no próximo instrumento de governação e terá implicações nas futuras projecções.

45. Adicionalmente, a conjuntura internacional, embora optimista, ainda condiciona uma previsão cautelosa em relação aos desembolsos de recursos externos para o período 2015-2017.

46. O gráfico abaixo apresentado mostra que no médio prazo as receitas do Estado vão crescer de forma desacelerada e os donativos vão baixar, o que torna necessário o aumento do crédito externo, uma vez que se procura manter o crédito interno em torno de 1% do PIB. Neste CFMP espera-se que o crédito interno decresça dos actuais 1% do PIB até uma taxa de 0,4% do PIB até 2017.

Gráfico 3: Envelope de Recursos 2015-2017 em percentagem do Total dos Recursos



3.2.1 Receitas Internas

47. As receitas do estado registaram um crescimento significativo de 2009 a 2013, tendo crescido em 7% do PIB de 2009 a 2013, ou seja, um crescimento médio anual de cerca de 1,75% do PIB. As projecções de médio prazo indicam que a receita do Estado irá atingir cerca de 210,1 mil milhões de meticais em 2017.

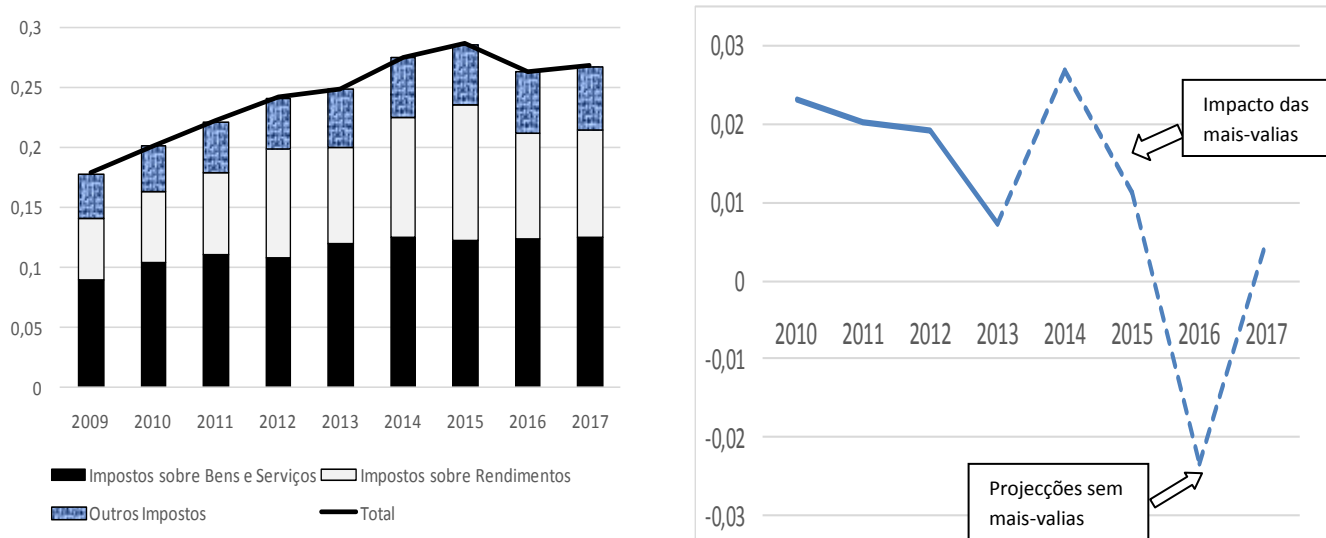
Tabela 13. Evolução dos Recursos Internos

Em Milhões de Meticais	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2015	2017
	CGE					OE	<< Projecções	>>	
Receitas do Estado	47 565	63 566	81 010	98 477	126 319	147 372	172 693	181 227	210 181
Receitas Correntes	45 850	62 168	79 220	96 697	122 696	144 184	169 506	178 040	206 260
Receitas fiscais	39 394	53 709	68 215	84 455	107 544	126 558	149 628	154 633	178 029
Impostos sobre Rendimentos	13 727	18 480	24 896	36 796	49 386	53 537	68 280	60 484	69 841
d/q IRPS	6 342	8 629	10 584	12 007	14 831	17 516	21 128	25 016	28 654
d/q IRPC	7 338	9 795	14 238	24 707	22 224	35 633	46 699	34 422	39 994
Impostos sobre Bens e Serviços	23 880	32 888	40 490	44 452	54 613	67 343	74 120	85 887	98 778
d/q Imposto s/ Valor Acrescentado	16 975	24 165	29 519	32 073	39 137	48 020	48 127	54 676	62 281
d/q Imposto s/ Comércio Externo	4 138	5 264	6 728	7 538	10 018	10 839	13 252	15 146	18 037
Outros Impostos	1 787	2 340	2 829	3 207	3 545	5 678	7 228	8 261	9 410
Receitas não fiscais (incl. Proprias e consignadas)	6 456	8 459	11 005	12 241	15 152	17 626	19 877	23 407	28 231
Receitas de Capital	1 715	1 398	1 790	1 780	3 624	3 187	3 187	3 187	3 921

Fonte: Projecções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

48. Entretanto, pode-se constatar do gráfico abaixo que as projecções de médio prazo são mais conservadoras e apontam para um crescimento desacelerado. Existem vários pressupostos na origem destas projecções, sendo um dos mais importantes o facto de a projecção do IRPC para 2016 e 2017 não incluir as mais-valias, por estas serem fluxos de fundos extraordinários e por isso não previsíveis.

Gráfico 4: Receitas do Estado em percentagem do PIB (Gráfico à Esquerda) e Crescimento Anual da Receita do Estado (Gráfico à Direita)



49. Adicionalmente espera-se que os esforços na manutenção da estabilidade macroeconómica, manutenção dos níveis de eficiência da administração fiscal, a continuação do esforço de alargamento da base tributária e de criação de incentivos que estimulem a iniciativa privada e o aumento da produção e produtividade, contribuam para este aumento na arrecadação de receitas.

3.2.2 Receitas Externas

50. Embora a conjuntura macroeconómica internacional mostre tendências de crescimento do PIB nas principais economias, projecta-se uma redução acentuada em dos recursos externos em termos do PIB (de 16,4% do PIB em 2014 para 9,7% do PIB em 2017). A tabela abaixo mostra que as modalidades de apoio através de donativos (Apoio ao Orçamento e Projectos de

Investimento) vão reduzir no médio prazo. Isto implica que o Governo deverá aumentar os recursos internos para manter os níveis das despesas de investimento.

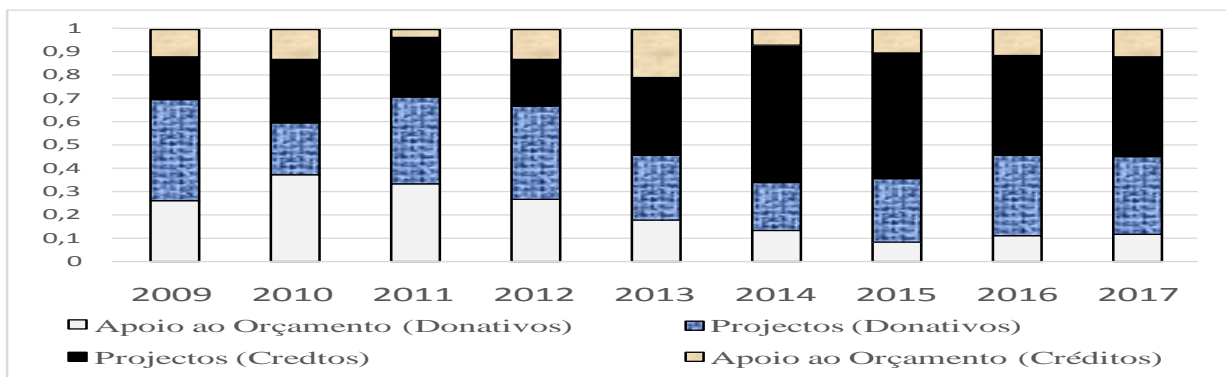
Tabela 14. Recursos Externos

Em Milhões de Meticais	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2015	2017
	CGE			OE			Projeções		>>
Recursos Externos	38 998	41 836	42 257	42 963	59 533	87 805	72 200	68 591	75 774
Donativos	25 187	27 318	27 382	27 332	30 233	30 402	25 521	28 914	32 937
Projectos de Investimento	14 254	6 724	13 421	12 923	15 362	12 925	12 649	14 457	15 684
Programas Especiais	2 309	9 286	1 698	5 738	8 278	9 274	8 907	9 638	11 763
Contravalores (Apoio ao Orçamento)	8 624	11 308	12 263	8 672	6 593	8 203	3 965	4 819	5 489
Créditos	13 812	14 517	14 875	15 631	29 300	57 403	46 679	39 677	42 837
Projectos de Investimento	5 979	8 195	9 317	6 573	11 767	36 081	24 967	17 899	20 389
Apoio Directo ao Orçamento	3 974	3 994	1 297	4 207	7 204	4 363	4 754	4 819	5 489
Acordos de Retrocessão	3 859	2 329	4 261	4 852	10 330	16 958	16 958	16 958	16 958

Fonte: Projeções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

51. Aliado a redução dos donativos de Apoio Directo ao Orçamento e Fundos Comuns, é possível verificar que o crédito externo vai aumentar e uma parte considerável do crédito será não concessional e para financiamento de projectos do Programa Integrado de Investimentos (PII). Este aumento no crédito é susceptível de ter um impacto sobre outras formas de empréstimos não concessionais, incluindo empréstimos para apoio ao orçamento, que prevê-se que reduza no médio prazo. Este cenário também tem impacto na despesa de investimento que se prevê reduzir no próximo triénio.

Gráfico 5: Financiamento Externo¹



¹ Excluindo Acordos de Retrocessão

52. O decréscimo na componente externa pode ser justificado pela crise financeira que ainda afecta grande parte das economias desenvolvidas, o que impõe restrições fiscais, reduzindo desta forma a sua capacidade de contribuírem continuamente para o financiamento de programas de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento, em particular da África sub saariana.

53. Aliado ao descrito acima, a redução dos recursos externos pode ser ainda explicada entre outros, pelos seguintes pressupostos:

- Redução dos membros do G19 para G15, o que pode implicar uma redução nos compromissos de financiamento;
- Falta de anúncio dos compromissos da Alemanha e a União Europeia que fez compromissos parciais;
- Impacto da deterioração do Quadro de Sustentabilidade da Dívida de Médio Prazo, onde em cumprimento dos seus estatutos e a par da redução global dos recursos, as instituições multilaterais, nomeadamente, Banco Mundial (BM) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) procederão a redução dos seus donativos ao País.

3.3 Despesas por Classificação Económica

54. Os níveis da despesa no próximo triénio irão reflectir a mudança na política fiscal mencionada no ponto 3.1 que consistem no fortalecimento do controlo do crescimento das despesas correntes e focalização nas despesas que promovem o crescimento económico.

55. A tabela abaixo evidencia um crescimento da despesa total ao longo do triénio com a despesa de funcionamento a liderar o crescimento. Entretanto, projecta-se um decréscimo da despesa de investimento em 2015 e 2016, retomando a ritmos crescentes em 2017. Este decréscimo é resultado da redução do investimento externo e do crescimento desacelerado dos recursos do Estado. Entretanto, de acordo com os compromissos financeiros anunciados pelos Parceiros, espera-se que a componente externa de investimento registe um crescimento de 2016 a 2017, embora que inferior ao decréscimo registado.

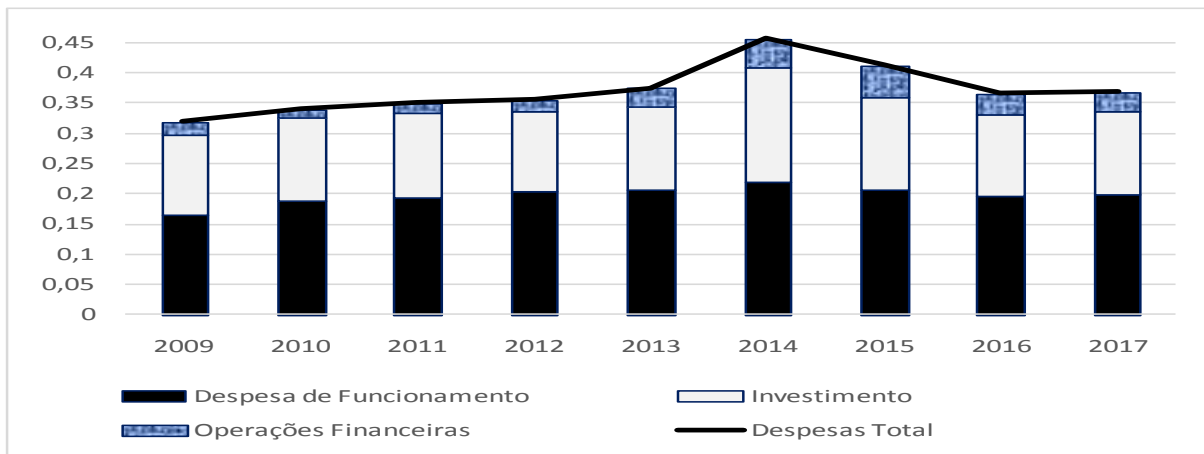
Tabela 15: Despesa do Estado

Em Milhões de Meticals	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	CGE			OE			<< Projecções >>		
Despesa Total	82 200	107 085	127 935	145 246	182 191	240 891	248 807	252 170	289 130
Despesa de Funcionamento	43 793	59 356	70 989	83 805	95 655	115 666	124 298	134 666	157 189
Despesa de Investimento	32 660	43 681	51 011	53 457	72 301	100 770	92 873	92 939	106 652
Operações Financeiras	5 747	4 049	5 935	7 983	14 235	24 456	31 635	24 565	25 290

Fonte: Projecções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

56. Neste contexto, o gráfico abaixo mostra esta tendência, evidenciando que no médio prazo as despesas de funcionamento vão registar um crescimento desacelerado. Adicionalmente espera-se uma redução na despesa de investimento em resultado da retirada do apoio por parte de alguns financiadores e redução de fundos externos (principalmente os donativos).

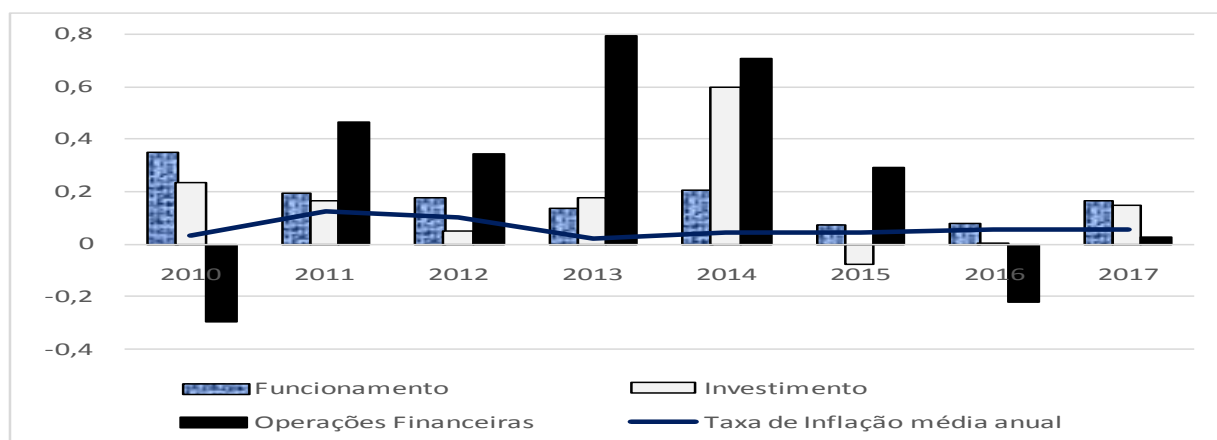
Gráfico 6: Despesas do Estado % do PIB



57. Entretanto, importa referir que a projecção da despesa para os próximos anos toma em consideração os níveis de execução registados nos anos anteriores, aliado a necessidade de expansão do sector público e a consequente expansão de infra-estruturas socioeconómicas, com o objectivo de assegurar o normal funcionamento do Aparelho do Estado.

58. No médio prazo, haverá esforços para minimizar o crescimento anual para todos os tipos de despesa corrente em concordância com o crescimento projectado da inflação após o recente crescimento real em todas as áreas de despesas em 2013 e 2014.

Gráfico 7: Taxa de crescimento anual nominal das despesas



3.3.1 Despesa Corrente

59. A despesa corrente irá crescer no médio prazo a um ritmo desacelerado em resultado das mudanças na política fiscal. Para o próximo triénio espera-se que esta se situe numa média de 20,4% do PIB.

Tabela 16. Previsão das Despesas Correntes por Classificação Económica

Em Milhões de Metcais	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2015	2017
							Projecções		
	CGE			OE			<<	>>	
Despesas com Pessoal	22 544	29 106	35 807	41 592	49 521	56 959	64 427	71 988	80 773
d/q Salários e Remunerações	20 983	27 005	33 684	38 928	46 021	52 798	59 870	66 778	75 283
Bens e Serviços	9 081	10 126	10 989	14 322	18 859	25 018	27 943	30 291	35 289
Encargos da Dívida (Juro)	1 371	2 673	3 501	4 125	3 970	6 347	7 431	6 196	7 842
Transferências Correntes	7 913	9 433	11 286	13 527	15 398	18 078	17 552	21 109	25 094
d/q Famílias	6 051	7 244	8 098	10 659	11 913	13 855	12 985	16 290	19 605
d/q Pensões	4 962	5 647	6 540	8 572	8 602	8 538	9 638	10 327	11 763
Subsídios	437	5 259	5 238	5 240	3 371	2 671	5 048	2 754	4 705
d/q Preços	-	4 692	4 191	2 781	2 372	1 771	3 700	1 377	2 353
d/q Empresas	437	568	359	2 460	999	900	1 348	1 377	2 353
Outras Despesas*	2 447	2 760	4 168	4 999	4 536	6 593	1 898	2 328	3 485

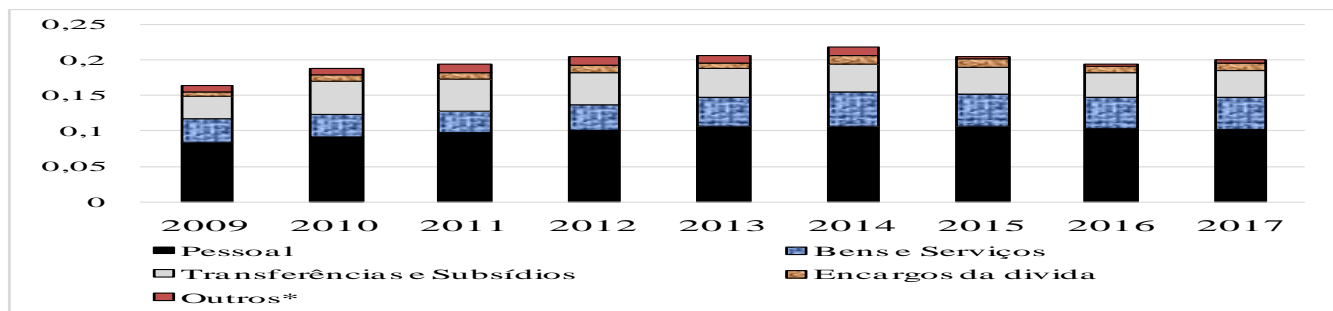
* Inclui outras despesas correntes, exercícios findos e despesas de capital

Fonte: Projecções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

60. Deste modo, dentro da despesa corrente, as despesas com o pessoal absorverão uma maior percentagem, como consequência da necessidade de assegurar a contratação de funcionários essencialmente para os sectores de Educação, Saúde e Justiça, bem como permitir a prossecução das reformas introduzidas na Função Pública, com destaque para a implementação da política salarial. Para os outros sectores prevê-se o enquadramento de

alguns técnicos contratados que se encontram fora do quadro. Adicionalmente, as despesas com o pessoal incluem a realização de promoções e progressões nas carreiras da função pública.

Gráfico 8: Despesas Correntes em % do PIB



* Inclui Outras Despesas correntes, Exercícios Findo e Despesas de Capital

61. Importa realçar que as despesas com o pessoal registam uma tendência decrescente como proporção do PIB, com vista a assegurar os níveis de sustentabilidade orçamental, estando projectadas para atingir 10,3% do PIB em 2017. O objectivo de garantir um nível de sustentabilidade a esta rubrica impõe a necessidade do seu crescimento ligeiro, em virtude de uma afectação criteriosa e rigorosa de recursos aos demais sectores de actividade. Com esta prática, espera-se alcançar nos próximos anos um nível de despesa com o pessoal em torno dos 10% do PIB.

62. As despesas em bens e serviços representarão em média cerca de 4,5% do PIB, justificado pela necessidade de garantir o funcionamento normal da máquina do Aparelho do Estado. As outras despesas representarão em média 1% do PIB, tendendo a baixar nos próximos anos.

63. Os encargos da dívida representarão em média 1% do PIB, registando uma tendência crescente em função da previsão do pagamento de juros provenientes da contratação de empréstimos concessionais.

3.3.2 Despesas de Investimento

64. A despesa de investimento irá registar uma redução no médio prazo, situando-se numa média de cerca de 15,3% do PIB no próximo triénio. Esta previsão resulta da redução do

montante de recursos provenientes de financiamento externo em face da retirada de alguns financiadores de apoio a projectos nacionais.

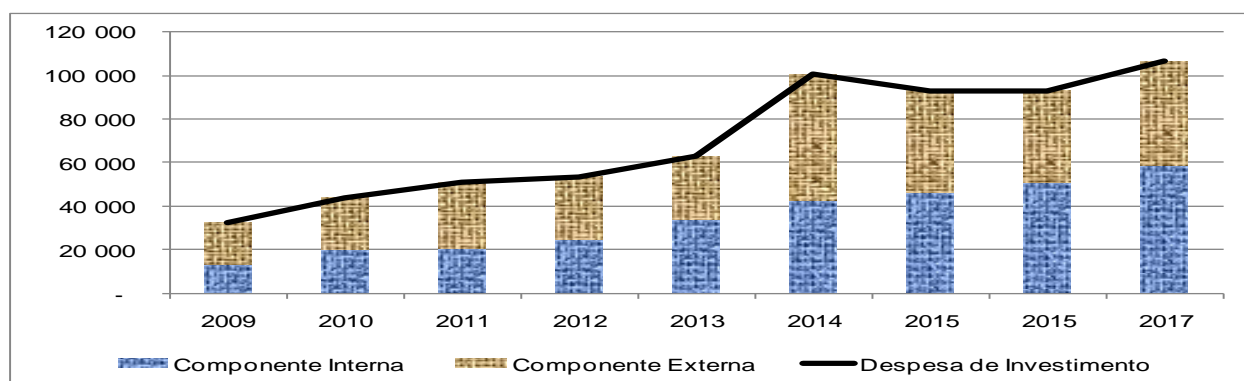
Tabela 17: Previsão da Despesa de Investimento

Em Milhões de Meticais	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	CGE			OE					
	<< Projecções >>								
Despesa de Investimento	32 660	43 681	51 011	53 457	72 301	100 770	92 873	92 939	106 652
Componente Interna	13 293	20 032	20 411	24 927	34 013	42 490	46 350	50 944	58 815
Em % do PIB	5,0	6,4	5,6	6,1	7,4	7,9	7,7	7,4	7,5
Em % do Total de Investimento	40,7	45,9	40,0	46,6	47,0	42,2	49,9	54,8	55,1
Componente Externa	19 366	23 648	30 600	28 530	38 288	58 280	46 523	41 995	47 836
Em % do PIB	7,3	7,5	8,4	7,0	8,3	10,9	7,7	6,1	6,1
Em % do Total de Investimento	59,3	54,1	60,0	53,4	53,0	57,8	50,1	45,2	44,9

Fonte: Projecções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

65. O crescimento do investimento interno previsto para o próximo triénio deverá ser impulsionado pela realização de investimentos estruturantes, com impacto na esfera socioeconómico, aumento do emprego, redução dos níveis de desequilíbrios regionais, desenvolvimento económico, incremento do rendimento nacional e ainda pela promoção do desenvolvimento a nível local através da promoção de actividades com base no investimento para os distritos.

Gráfico 9: Despesa de Investimento



66. Dadas as tendências de declínio na componente de Investimento num contexto de aumento da necessidade de investimentos para enfrentar as restrições de infra-estrutura, especial atenção será dada a esta componente para garantir que o orçamento de investimento seja usado para investimento de capital. As tendências dos últimos anos mostram que as despesas de capital tem vindo a crescer menos que as despesas de funcionamento. Em parte, este

cenário é resultado da influência do orçamento de investimento responsável por 20% dos custos correntes. A política de despesas no médio prazo procura alcançar esse equilíbrio.

3.4 Principais Riscos Fiscais no Médio Prazo

67. As projecções do médio prazo apontadas nos capítulos anteriores são susceptíveis a alterações devido a variações na conjuntura macroeconómica nacional e internacional, levantando uma série de riscos que podem afectar os resultados orçamentais a médio prazo. A avaliação abaixo procura captar esses riscos. Adicionalmente são apresentadas as potenciais medidas para a mitigação dos riscos, a serem considerados no orçamento:

Principais Riscos e Impacto no Orçamento	Medidas aplicadas para mitigar o risco
A vulnerabilidade de Moçambique a riscos climáticos (chuvas excessivas, secas e ciclones) com efeitos significativos nos sectores críticos para o crescimento do PIB, na arrecadação de impostos e no nível de despesa pública para fazer face as acções de reconstrução.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de um fundo de contingência para reconstrução pós desastre
A fraca capacidade em infra-estruturas para o escoamento da produção do carvão mineral, constituindo um nó de estrangulamento para o aumento dos níveis de produção das companhias.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento de investimentos públicos em infra-estruturas e melhorar a selecção e financiamento consistentes com a sustentabilidade da dívida do projecto ▪ Reforço da Unidade de gestão de Projectos (DIC) ▪ Focalizar o orçamento de investimento para gastos de capital
Declínio na ajuda externa que tem um impacto negativo no investimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descontar as previsões de desembolsos da ajuda externa ▪ Melhor a arrecadação de receitas domésticas através de: Reforma do código de imposto, reforma do IVA, esclarecimento do tratamento dos ganhos de capital no sector de recursos minerais

Aumento da dívida pública que pode por em causa a sustentabilidade da dívida

- Uso de metas do saldo primário para gerir os níveis da dívida

Inflação: uma subida geral de preços dos produtos e serviços básicos poderão afectar os níveis dos gastos em subsídios

- Controlo dos níveis de inflação de modo a não exercer pressão sobre a despesa pública

4. PROJECCÕES DA AFECTAÇÃO DAS DESPESAS A MÉDIO PRAZO

4.1 Critérios de Afectação Estratégica de Recursos

68. A afectação de recursos para a realização da despesa pública no período 2015-2017 será orientada tendo em vista assegurar uma maior sustentabilidade orçamental a médio e longo prazos, bem como garantir a promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo, a correcção gradual dos desequilíbrios estruturais da balança de transacções correntes e a mitigação das flutuações cíclicas induzidas por choques externos tais como a volatilidade dos preços dos produtos primários e o crescimento lento da procura mundial.

69. Um elemento marcante neste processo continua assente na necessidade de fortalecer a ligação entre a afectação de recursos e os resultados almejados, visando por um lado, maximizar os ganhos associados a cada vez maior racionalidade e rigor na realização da despesa pública e, por outro, promover a eficiência e transparência no uso dos recursos públicos.

70. Estes ganhos serão em larga medida impulsionados através da promoção de investimentos que concorrem para a redução dos índices de incidência da pobreza rural e urbana, o prosseguimento da descentralização e desconcentração na afectação de recursos públicos e a consolidação do processo democrático, criando condições para a aceleração do desenvolvimento socioeconómico e a garantia de uma convergência económica regional.

71. Com efeito, os limites sectoriais são fixados tomando em conta a responsabilidade sectorial no quadro dos programas estratégicos, cuja priorização foi definida no PARP 2011-2014 e medidas de política definidas pelo Governo para o PES/OE 2015.
72. A nível provincial, a continuação da adopção de critérios para a fixação de limites globais para as despesas de bens e serviços e de investimentos visa fundamentalmente, e de forma transparente e gradual, reduzir as assimetrias na afectação de recursos per capita actualmente existentes. Para o efeito, os recursos alocados por província foram determinados em função da análise situacional, usando-se como ponderadores:
- A População por Província, com peso de 70%;
 - O Índice Multidimensional da Pobreza por Província, com peso de 30%, englobando indicadores de consumo, água, saneamento, saúde e educação.
73. Com esta abordagem, pretende-se também uma afectação de recursos alinhada aos desafios que emanam dos resultados do diagnóstico de pobreza territorial.
74. Para os Distritos, os recursos destinados às Despesas de Investimento de iniciativa distrital, (Infra-estruturas Distritais e Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), obedecem aos seguintes critérios:
- População 35%
 - Superfície 20%
 - Receitas próprias distritais 15%
 - Índice de pobreza 30%
75. A afectação estratégica de recursos, que obedece os critérios acima referidos, procura responder os seguintes desafios:
- Aumentar da produtividade agrícola e pesqueira;
 - Transformar a agricultura de subsistência para uma agricultura orientada para o mercado;
 - Tornar o sector produtivo nacional mais competitivo;
 - Permitir o ajustamento dos preços dos combustíveis ao nível do mercado; e

- Reduzir o défice da balança externa (conta de bens e serviços).

76. A programação das despesas entre 2015 e 2017 tem em conta, fundamentalmente, a necessidade de direccionar os recursos para os esforços conducentes à redução do nível de pobreza prevalecente no País e a consolidação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). Através da metodologia de Planificação e Orçamentação por Programas, priorizam-se acções que consubstanciam os esforços de redução da pobreza e de alcance dos ODMs.

4.2 Afecção por Âmbito da Despesa Total (Funcionamento e Investimento Interno)

77. Moçambique é caracterizado pela existência de assimetrias regionais de desenvolvimento sendo que a afectação de recursos a nível central, provincial e distrital é feita de forma a assegurar a redução dos elevados níveis destes desequilíbrios.

78. Adicionalmente, O Governo definiu o distrito como a base de planificação. A lei 8/2002 estabeleceu o distrito como o centro de implementação dos programas do Governo. Estas proposições impõem que o Orçamento do Estado gradualmente se transforme, de modo a permitir que efectivamente os processos de decisão e de implementação dos programas decorram igualmente ao nível territorial.

79. Por outro lado, a designação do Distrito como unidade orçamental, traz consigo uma grande pressão em termos do aumento da capacidade dos Distritos em atrair e reter quadros formados, especialmente os de formação superior. A descentralização e desconcentração dos recursos dos níveis central para o distrital impõe o desafio de aumentar a capacidade do Distrito em gerir estes recursos, no pressuposto de que a existência de pessoal qualificado, vai melhorar a capacidade de gestão e absorção destes recursos.

80. Nesta perspectiva, a tabela abaixo mostra o resumo do total da afectação das despesas de funcionamento e de investimento interno segundo os âmbitos central, provincial e distrital.

Tabela 18: Resumo da Despesa Total por Âmbito (Funcionamento + Investimento Interno)

Nível	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	CGE					OE	<< Projecções	>>	
Total (Fun. + Inv. Interno)	71 906	102 401	117 966	140 196	161 018	158 793	170 794	185 610	216 004
Central	31 382	46 680	53 673	62 116	71 941	69 620	71 413	77 211	85 292
Funcionamento	22 708	32 046	38 265	44 303	47 628	39 349	42 042	44 928	48 022
Investimento Interno	8 674	14 634	15 408	17 814	24 313	30 271	29 371	32 282	37 270
Provincial	20 518	25 087	20 529	24 979	32 300	28 053	30 678	34 894	38 080
Funcionamento	17 779	21 780	18 217	21 349	26 608	22 929	24 659	26 529	28 552
Investimento Interno	2 739	3 307	2 313	3 630	5 691	5 124	6 019	8 365	9 528
Distrital	4 492	6 571	15 600	19 686	23 010	26 598	28 567	30 941	33 718
Funcionamento	2 748	4 821	13 506	16 946	19 897	23 456	25 348	27 403	29 633
Investimento Interno	1 743	1 750	2 094	2 740	3 113	3 142	3 219	3 538	4 085
Autárquico	832	1 051	1 598	1 950	2 417	2 994	3 608	3 878	4 267
Funcionamento	557	709	1 002	1 207	1 521	1 915	2 022	2 135	2 255
Investimento Interno	275	342	596	743	896	1 079	1 586	1 743	2 012
EGE*	14 682	23 012	26 566	31 464	31 351	31 527	36 528	38 686	54 647

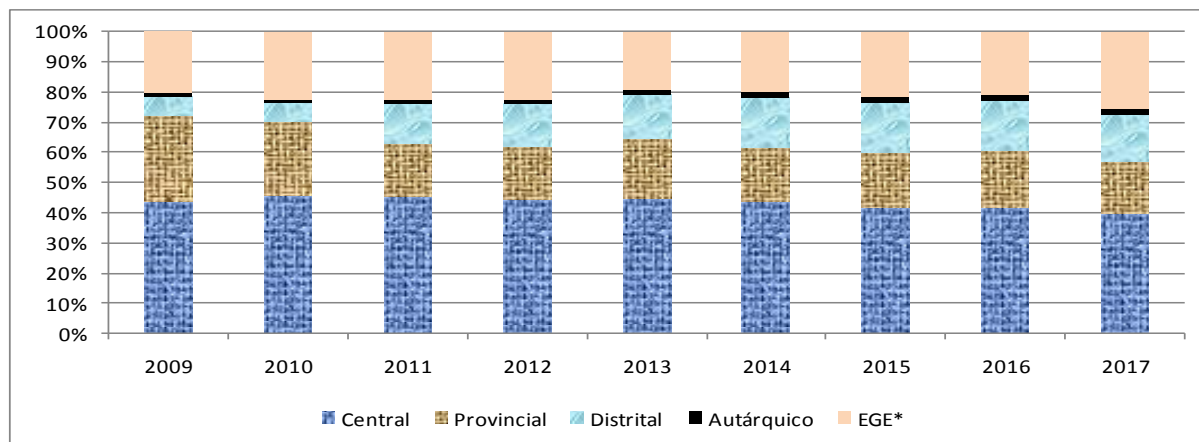
* Inclui Encargos da Dívida

Fonte: Projecções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

81. Enquanto a despesa de nível central manteve os seus níveis nos últimos anos, é possível notar um efeito de substituição na alocação Provincial e Distrital, tendo o orçamento Provincial reduzido em virtude do aumento na alocação para o nível Distrital. Este cenário é resultado da implementação da lei 8/2002 que estabelece o distrito como o centro de implementação dos programas do Governo.

82. Entretanto, importa salientar que apesar do orçamento do nível central manter-se quase constante, parte considerável da componente de investimento central vai para o nível Distrital, o que significa que se tomarmos em consideração esta particularidade, o orçamento do Distrito torna-se ainda maior que o apresentado.

Gráfico 10: Resumo da afectação dos recursos internos por âmbito (Funcionamento + Investimento Interno)



4.3 Afectação da Despesa de Funcionamento por âmbito

83. As despesas correntes descritas nesta secção, ilustram a afectação de recursos para todos os sectores a nível central e provincial.

Tabela 19: Resumo da despesa de Funcionamento por âmbito e classificação económica

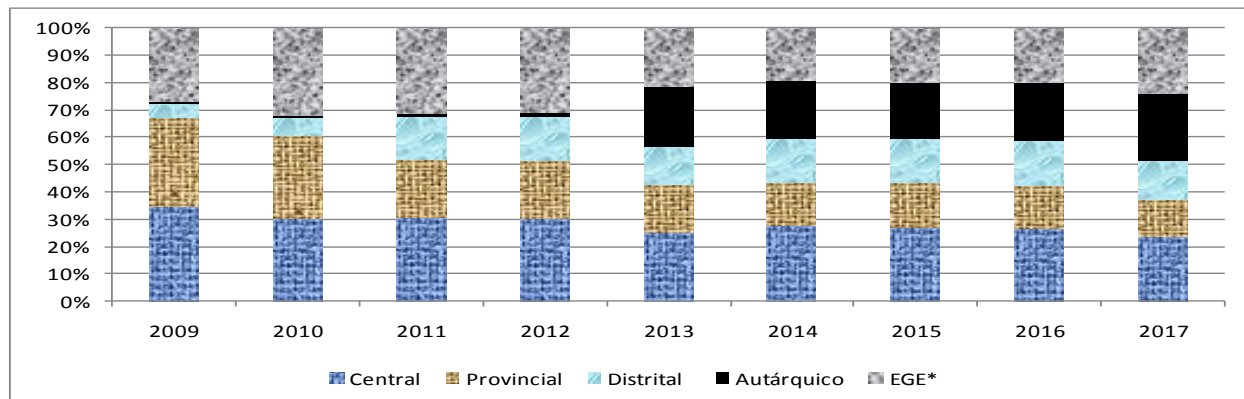
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	CGE			OE			<<PREVISÃO>>		
Central	18 823	21 751	25 816	30 419	36 618	39 349	42 042	44 928	48 022
Pessoal	9 657	11 188	13 712	15 425	18 269	20 909	22 570	24 365	26 307
Bens e Serviços	5 964	6 490	7 216	9 319	12 164	15 299	16 156	17 061	18 016
Transferências Correntes	3 034	3 866	4 692	5 432	5 638	2 675	2 825	2 983	3 150
Capital	167	207	196	243	547	466	492	520	549
Provincial	17 698	21 609	17 995	21 619	26 459	22 929	24 659	26 529	28 552
Pessoal	10 956	14 079	9 883	11 306	13 357	15 620	16 941	18 379	19 945
Bens e Serviços	2 339	2 700	2 550	3 497	4 938	5 213	5 505	5 814	6 139
Transferências Correntes	4 300	4 823	5 546	6 786	8 122	2 040	2 154	2 275	2 402
Capital	102	7	16	30	43	55	58	62	65
Distrital	2 747	4 817	13 483	16 485	19 822	23 456	25 348	27 403	29 633
Pessoal	1 931	3 839	12 212	14 861	17 896	19 413	21 080	22 895	24 873
Bens e Serviços	777	936	1 223	1 506	1 758	2 397	2 531	2 673	2 823
Transferências Correntes	21	33	47	102	117	1 592	1 681	1 775	1 875
Capital	18	9	1	17	51	53	56	59	62
Autárquico	557	709	1 002	1 207	32 872	29 932	32 395	35 805	50 982
Transferências Correntes	557	709	1 002	1 207	1 521	1 915	2 022	2 135	2 255
EGE*	14 682	23 012	26 566	31 464	31 351	28 017	30 373	33 670	48 727
Total	39 826	48 887	58 296	69 729	115 770	115 666	124 445	134 666	157 189

* Inclui Encargos da Dívida

Fonte: Projeções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

84. Tal como observado na despesa total, é possível verificar através do gráfico abaixo apresentado que a despesa de funcionamento central e autárquica tem se mantido constante ao longo dos últimos anos, e a despesa provincial tem reduzido a favor da despesa distrital. Entretanto, é possível notar através do gráfico abaixo que o processo de descentralização das despesas de funcionamento foi mais acentuada de 2009 a 2011.

Gráfico 11: Resumo da despesa de funcionamento por âmbito



85. Verifica-se que a maior parte da despesa pública, excluindo as operações financeiras do Estado e os encargos da dívida, será absorvida pelos âmbitos central, provincial, distrital e autárquico com 33.7%, 19.8%, 20.4% e 26.0%, respectivamente, em 2015.

4.4 Afecção da Despesa de Investimento Interna por âmbito

86. De modo geral, a afecção de recursos a nível sectorial obedeceu os critérios mencionados no início deste capítulo, sem descurar os seguintes aspectos: (1) existência de uma proposta clara do CFMP; (2) volume dos valores projectados; (3) projecções de despesa de programas com saltos abruptos consideráveis de um ano para o outro, dentro de um sector; (4) garantia de recursos para os projectos em curso, e, (5) incorporação de novos projectos do Plano Integrado de Infra-estruturas (PII).

Tabela 20: Resumo da despesa de investimento Interna por âmbito

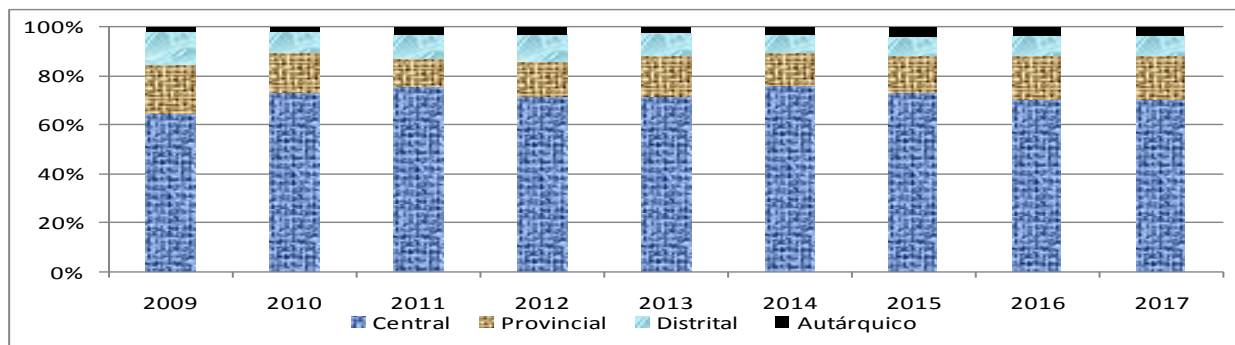
Em Milhões de Meticais	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	CGE			OE			Projeções*		
	<<						>>		
Central	8 674	14 634	15 408	17 814	24 313	29 634	29 371	32 282	37 270
Provincial	2 739	3 307	2 313	3 635	5 691	5 124	6 019	8 365	9 528
Distrital	1 743	1 750	2 094	2 736	3 113	3 142	3 219	3 538	4 085
Autárquico	275	342	596	743	896	1 079	1 586	1 743	2 012

Excluem os Encargos Gerais do Estado

Fonte: Projeções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

87. Pela leitura do gráfico 12, constata-se uma redução em termos proporcionais da descentralização de recursos para o nível local, contudo regista-se um moderado crescimento nominal na alocação de recursos para os níveis Provincial, Distrital e Autárquico.

Gráfico 12: Resumo da despesa de investimento interna por âmbito



88. As despesas de âmbito central registam um incremento devido a inclusão de despesas de natureza geral, como é caso dos encargos para o pagamento do reembolso do IVA, subsídios aos preços e às empresas, investimentos nos sectores de infraestruturas, energia, e transportes e comunicações, através da construção e reabilitação de barragens e estradas, reabilitação de centrais electricas e electrificação de novas sedes distritais e a conclusão do aeroporto internacional de Nacala.

89. A centralização a nível da programação orçamental de despesas de investimento e funcionamento, são aspectos que distorcem a avaliação da real dimensão das despesas descentralizadas.

4.5 Afectação Sectorial da Despesa Total

90. A despesa pública durante o período em análise será financiada maioritariamente por recursos internos, com uma média de contribuição de 70% contra os remanescentes 30% dos recursos externos no período compreendido entre 2014 a 2017.
91. Neste contexto, o mapa do anexo 1 apresenta os limites orçamentais de funcionamento e investimento externo para cada sector.
92. As principais acções que marcarão a realização da despesa pública em 2015 e que contribuirão directamente para sustentar o níveis de crescimento económico registados nos últimos anos, acelerar o ritmo de redução dos índices de incidência pobreza no país e a aumentar e diversificar a oferta de bens e serviços públicos, foram divididos em programas de promoção de desenvolvimento económico (com destaque para os sectores da agricultura, infraestruturas, energia e turismo) e programas de promoção de desenvolvimento social (com destaque para os sectores de educação, saúde, justiça e acção social), conforme se ilustra na secção que se segue.

4.5.1 Programas Promoção de Desenvolvimento Económico

Agricultura

93. As acções inseridas nas prioridades de investimento no sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural estão inseridas nos seguintes objectivos: incrementar a produção e a produtividade agrícola, facilitar o acesso dos insumos agrícolas aos produtores, promover o uso sustentável da terra, das florestas e da fauna bravia, melhorar o sistema de estatística e informação agrícola, melhoria de infra-estruturas e serviços, garantia da segurança alimentar e nutricional, gestão sustentável de recursos naturais, reforma e fortalecimento institucional, garantir o provimento de serviços de apoio a produção agrícola de forma eficiente; assegurar e facilitar o acesso e protecção dos direitos de uso e aproveitamento da Terra e desenvolver Tecnologias que promovam o uso e maneo sustentável dos recursos naturais.
94. Dentre os projectos prioritários identificados pelo sector para o alcance dos objectivos acima mencionados, constituem os com maior destaque a reabilitação do Regadio de Chókwe,

construção e reabilitação do Regadio de Xipembe e de Chimunda, aprovisionamento de maquinaria e equipamento agrícola e promoção de pequenos regadios.

Obras Públicas

95. O investimento no sector das obras públicas será influenciado por prioridades nas áreas de habitação, área de água e saneamento e gestão de recursos hídricos e a área de promoção da qualidade das obras e divulgação dos projectos tipo para construção e construção e manutenção de estradas e pontes. Dos diversos projectos previstos para este sector no próximo triénio importa destacar a continuação da construção da estrada circular, a construção da ponte Ka Tembe – Ponta de Ouro, construção de um mínimo de 60 casas nas capitais provinciais, manutenção da barragem dos pequenos libombos, reabilitação da barragem de Corumana, Construção da Barragem de Moamba-Major, reabilitação e manutenção de diques de defesa contra cheias, Construção da Barragem de Mapai, criação do banco de dados nacional de projectos e de edifícios públicos e do Estado, entre outros.

Energia

96. O desafio do sector da Energia consiste na criação de condições para o aumento do acesso a formas de energia, de modo sustentável, contribuindo para o combate contra a pobreza, melhoria do bem-estar dos moçambicanos e para o desenvolvimento socioeconómicos do País, através da expansão das infra-estruturas energéticas. Neste âmbito, o sector definiu três (3) Programas do Governo, incluindo o de Apoio Institucional Administrativo, nomeadamente, Acesso a Energia eléctrica, Energias novas e renováveis e promoção de investimento em exploração e produção de combustíveis.
97. Deste modo, o sector propõe-se a continuar a executar projectos de fraca ou sem viabilidade financeira, tendo em vista a extensão da electrificação, reabilitação e reforço da rede eléctrica nacional, cuja implementação é recomendável pelo seu grande impacto na vida socioeconómica da população das zonas visadas.

98. Adicionalmente, o sector prevê electrificar com base em painéis solares, cerca de 1.068 escolas e centros de saúde, incluindo vilas e o desenvolvimento de centrais hidroeléctricas de pequena e média escala com vista ao aproveitamento do potencial hidroeléctrico de que o País dispõe.
99. No que tange a a área do gás o sector continuará a expandir a capacidade de recepção e armazenagem de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) e a canalização domiciliária do gás natural nas cidades de Maputo e Matola e Distrito de Marracuene.
100. A implementação destes projectos vai contribuir para o aumento da disponibilidade e de segurança de fornecimento de energia eléctrica, bem como para a estabilidade da rede eléctrica nacional.

Turismo

101. O sector do Turismo é um dos potenciais geradores de receitas no país dada as características naturais visualizadas pelas praias paradisíacas e florestas onde podem funcionar reservas ecológicas que poderiam atrair turistas para o país e assim aumentar a circulação e disponibilidade de divisas no país. Entretanto, esforço ainda devem ser envidados para a dinamização do processo de desenvolvimento do turismo em Moçambique, e reconhecendo as oportunidades que o sector do turismo oferece para o crescimento económico e a criação de postos de trabalho.
102. Neste contexto, o sector definiu alguns projectos prioritários tais como: ordenamento e apresentação do plano de infra-estruturação das Zonas de Interesse Turística, implementação do novo plano estratégico de desenvolvimento do turismo, operacionalização da Administração Nacional das Áreas de Conservação, prosseguir com o desenvolvimento de infra-estruturas de parques e reservas; acções no quadro da mitigação do conflito Homem-Fauna bravia, informatização do sector de forma a permitir a implementação do sistema de licenciamento informático de actividades económicas, e elaboração da Conta Satélite do Turismo 2014, fundamental para a avaliação da contribuição do turismo na economia um estudo especializado dentro do Sistema de Contas Nacionais e que teve seu início em 2013, com uma abordagem experimental.

4.5.2 Programas Promoção de Desenvolvimento Social

103. Como forma de garantir que o crescimento económico seja mais inclusivo e alcançado o objectivo do Governo que consiste na redução da pobreza, projecta-se projectos de investimentos que contribuam para o desenvolvimento social. Estes projectos estão enquadrados em diversos sectores tais como: Educação, Saúde, Justiça e Mulher e Acção Social, destacando-se os seguintes:

Educação

104. O programa de investimento público deste Sector continuará a privilegiar a expansão do ensino e melhoria da sua qualidade. Esta política será concretizada através da manutenção, reabilitação e construção de escolas e salas de aulas, reforma da educação profissional, implementação de acções no âmbito da expansão do ensino à distância; universalização do ensino primário, aquisição e distribuição de livro escolar aquisição e distribuição de carteiras escolares subsídio a alfabetizadores

Justiça

105. No que tange as acções no âmbito da eficácia da justiça, foram identificadas pelo sector como prioritárias os projectos que têm em vista a melhoria da qualidade das estatísticas de registo civil e vitais, a melhoria da qualidade dos serviços penitenciários, melhoria da cobertura dos serviços do Tribunal Administrativo e a provisão de infra-estruturas através da construção de tribunais superiores de recurso, construção do palácio da justiça, construção do edifício sede do Ministério da Justiça e construção e aquisição de residências para magistrados, etc.

Acção Social

106. O sector da Acção Social (MMAS) tem a responsabilidade de definir e implementar as políticas e estratégias de assistência dos grupos populacionais desfavorecidos e vulneráveis

(crianças, mulheres, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência) e outros grupos sociais em situação de vulnerabilidade e de garantir a sua participação no processo de desenvolvimento do país de forma sustentável.

107.No âmbito das suas atribuições, projecta-se que no próximo triénio, o sector da acção social continue com a prossecução dos investimentos em curso, tais como, construção do centro de empoderamento da Mulher, construção de escritórios centrais do INAS, transferências monetárias inseridos nos Programas de Segurança Social Básica. Para além destes projectos em curso, novos projectos serão iniciados neste sectores, com destaque para: Construção do Centro infantil na Província de Maputo, formação de técnicos superiores e médios de acção social e técnicos médios de educação de infância e a instalação de uma base de dados nas Direcções Provinciais e Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social.

108.Espera-se que a implementação destes projectos contribua significativamente, para um maior crescimento económico mais inclusivo.

Saúde

109.Para o sector da saúde, a disponibilidade, acessibilidade às infra-estruturas e a compra e manutenção de equipamentos para as unidades sanitárias adequadas são fundamentais para o bom desempenho dos serviços de saúde. Nos últimos anos o sector da saúde beneficiou de um aumento nominal das despesas de investimento (3 vezes mais em 2014 comparativamente à 2013). Este aumento foi derivado do crescente aumento do OE para as infra-estruturas e equipamentos. No entanto, tem-se verificado uma tendência decrescente das despesas de investimento financiadas pelo PROSAUDE em cerca de 16% em 2014, comparativamente a 2012, e espera-se que esta tendência prevaleça no médio prazo.

110.Neste contexto, para o período 2015-2017 o sector procurou estimar recursos necessários para as intervenções de saúde prioritárias que constam no Plano Estratégico do Sector Saúde (2014-2019) dentre as quais, a reabilitação, manutenção e a compra de equipamento para as Unidades Sanitárias já existentes ou acabadas de construir, construção do Hospital Central da beira bem como a finalização das obras em curso.

111. Estes investimentos vão permitir o aumento do acesso aos serviços de saúde básicos principalmente nas regiões que não beneficiavam de unidades sanitárias e o acesso aos cuidados de saúde promotivos, preventivos e curativos de qualidade contribuindo para a redução da morbimortalidade e melhoria da qualidade de vida. Além destas despesas, também foi previsto investimento em diferentes áreas programáticas, tais como a aquisição de medicamentos e equipamentos (incluindo gestão e manutenção), formação e pesquisa.

4.6 Equilíbrio Orçamental

112. Com vista a salvaguardar a sustentabilidade orçamental, a racionalidade dos gastos públicos e a estabilidade económica e monetária, é imprescindível assegurar o equilíbrio orçamental. O mapa de equilíbrio a seguir exposto na tabela abaixo, traduz a igualdade matemática do total das receitas e despesas previstas neste cenário. Deste modo, mostra a consistência que existe entre os recursos disponíveis para o período 2015 – 2017 e despesa que se prevê realizar no mesmo período.

Tabela 21: Mapa de Equilíbrio Orçamental

Em Milhões de Meticais	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	CGE			REO		Lei	<< Projecções >>		
Total de Recursos	87 438	109 820	125 886	144 590	172 900	240 891	248 807	252 170	289 130
Recursos Internos	47 855	67 984	83 629	101 627	117 807	153 087	176 606	183 579	213 357
Recursos Externos	39 583	41 836	42 257	42 963	55 093	87 805	72 200	68 591	75 774
Total da Despesa (Incl. Op)	82 199	107 078	127 900	145 246	173 469	240 891	248 807	252 170	289 130
Despesa Corrente	43 793	59 349	70 954	83 805	96 088	115 666	124 298	134 666	157 189
Despesa de Investimento	32 660	43 681	51 011	53 457	63 052	100 770	92 873	92 939	106 652
Componente Interna	13 293	20 032	20 411	24 927	33 602	42 490	46 350	50 944	58 815
Componente Externa	19 366	23 648	30 600	28 530	29 450	58 280	46 523	41 995	47 836
Operações Financeiras	5 747	4 049	5 935	7 983	14 329	24 456	31 635	24 565	25 290

Fonte: Projecções do Mapa Fiscal MPD-MF, 2014

5. Conclusões

113. O CFMP é um instrumento fundamental no processo de preparação do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE). Com uma visão de médio prazo, o CFMP garante a previsibilidade de recursos para a continuidade da despesa dos exercícios

anteriores e, permite em função do envelope de recursos (definidos no Quadro Macro) definir novas despesas públicas, através dos quais se estabelecem os limites indicativos.

114. Dada a volatilidade dos preços, os pressupostos apresentados neste cenário poderão sofrer alterações, caso se verificarem variações nas tendências dos principais indicadores, durante o processo de preparação do Plano Económico e Social e Orçamento de Estado para 2014, resultando numa alteração da afectação de recursos constantes no presente documento, reflectindo-se no PES e OE 2015.
115. A actualização dos pressupostos macroeconómicos no CFMP, visa fazer reflectir as mudanças conjunturais e estruturais actuais para garantir uma política fiscal mais estável; maior alocação criteriosa de recursos por áreas prioritárias; e, aplicação mais eficiente e efectiva dos recursos financeiros na prestação de serviços públicos.
116. Para o próximo triénio, projecta um equilíbrio orçamental num total de recursos e despesas para 2015 estimado em cerca de 240,8 mil milhões de meticais, para 2016 cerca de 252,1 mil milhões de meticais e cerca de 289,1 mil milhões de meticais para 2017, isto é, uma média de crescimento de recursos e despesas de cerca de 6% durante o período mencionado.
117. O aumento nos recursos será impulsionado pelo aumento das receitas do Estado e no lado das despesas haverá maior pressão por parte das despesas de funcionamento e os EGE (tais como os Encargos Gerais da dívida, pensões e subsídios).
118. Espera-se um declínio nos recursos provenientes da componente externa, o que influenciou a redução no orçamento para as despesas de investimento que se projecta reduzir em cerca de 7% de 2014 a 2015. Entretanto projecta-se que esta componente volte a crescer nos anos subsequentes, registando maior crescimento de 2016 a 2017.

6. Anexos

Anexo 1: Resumo dos limites das despesas de Funcionamento e investimento interno por sector (Nível Central)

Valores em Mil Milhões de MT

Sector	OE 2014		CFMP 2015		CFMP 2016		CFMP 2017	
	Func.	Inv. Interno	Func.	Inv. Interno	Func.	Inv. Interno	Func.	Inv. Interno
Administração Estatal	443	1 419	471	715	501	786	533	907
Agricultura	516	2 820	551	2 969	589	3 263	630	3 768
Ambiente	157	322	168	224	179	246	192	284
Assembleia	832	69	881	69	934	76	989	88
Ciência e Tecnologia	261	107	277	173	295	190	313	219
Combatentes	63	117	68	157	72	172	77	199
Cultura	319	168	339	170	361	187	384	216
Defesa	4 975	1 162	5 328	975	5 706	1 072	6 112	1 238
Educação	3 711	1 816	3 968	1 816	4 244	1 996	4 539	2 305
Energia	246	950	261	1 111	277	1 221	294	1 409
Finanças	4 881	1 460	5 236	1 460	5 618	1 605	6 029	1 853
Função Pública	152	68	162	75	172	82	183	95
Gabinete do 1o Ministro	311	56	331	54	352	60	374	69
Indústria e Comercio	278	209	296	229	315	252	336	291
Interior	9 342	1 680	10 011	1 515	10 728	1 666	11 499	1 923
Justiça	1 472	562	1 571	741	1 677	814	1 790	940
Juventude & Desportos	232	165	247	188	261	207	277	239
Mulher e Acção Social	133	47	142	84	152	92	162	107
Negócios Estrangeiros	1 795	169	1 900	171	2 011	188	2 128	217
Obras Públicas	280	11 523	299	10 941	319	12 026	340	13 884
Pescas	243	212	260	264	277	290	296	335
Planificação	382	566	407	732	433	805	462	929
Presidencia	1 877	190	1 996	190	2 122	209	2 256	241
Recursos Minerais	349	321	371	242	395	266	419	307
Saúde	5 040	2 976	5 378	3 066	5 743	3 370	6 136	3 891
Trabalho	230	196	244	165	260	181	276	209
Transportes e Comunicações	668	739	711	691	756	760	803	877
Turismo	160	183	170	183	181	201	192	232
Total	39 349	30 271	42 042	29 371	44 928	32 283	48 022	37 270

Anexo 2: Limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno do nível Provincial

Em milhões de Meticais	2014		2015		2016		2017	
	Func	Inv. Interno	Func.	Inv. Interno	Func.	Inv. Interno	Func.	Inv. Interno
Total Provincial	22 929	5 124	24 659	6 019	26 529	8 365	28 552	9 528
Niassa	1 413	232	1 521	308	1 639	449	1 766	527
Cabo Delegado	1 451	313	1 556	416	1 670	606	1 793	711
Nampula	3 742	1 050	4 029	1 249	4 339	1 617	4 675	1 820
Zambézia	2 098	908	2 256	997	2 426	1 523	2 611	1 744
Tete	1 579	412	1 694	510	1 819	715	1 953	823
Manica	1 675	309	1 799	309	1 932	568	2 076	661
Sofala	2 956	692	3 181	795	3 425	983	3 688	1 088
Inhambane	1 295	238	1 392	320	1 497	471	1 611	554
Gaza	1 344	484	1 444	535	1 551	682	1 667	753
Maputo	2 281	319	2 451	377	2 635	485	2 833	544
Cidade de Maputo	3 095	167	3 336	202	3 597	267	3 879	303

Anexo 3: Limites das Despesas de Funcionamento e Investimento Interno do nível Distrital

Em milhões de Meticais	2014		2015		2016		2017	
	Infra-Estruturas	FDD	Infra-Estruturas	FDD	Infra-Estruturas	FDD	Infra-Estruturas	FDD
Niassa	148	145	189	192	193	196	197	200
Cabo Delegado	169	151	172	156	176	159	179	162
Nampula	313	224	318	231	324	235	331	240
Zambézia	275	192	278	198	284	202	290	206
Tete	178	143	180	146	184	149	187	152
Manica	139	98	141	101	144	103	147	105
Sofala	249	138	250	141	255	144	260	146
Inhambane	176	143	179	147	183	150	187	153
Gaza	157	115	160	117	163	120	166	122
Maputo	78	66	80	68	81	70	83	71
Total Distrital	1 883	1 416	1 947	1 498	1 986	1 528	2 026	1 558

Anexo 3: Amostra de Projectos do Plano Integrado de Investimento acomodados no CFMP

Valores em Milhões de Meticais

Sector	nº	Designação do Projecto	Acomodado CFMP 2015
Infraestruturas	1	Projecto e Construção da Barragem Moamba Major	240,00
	2	Projecto e Construção da Barragem de Mapai	10,00
	3	Construção da Estrada Circular	94,93
	4	Construção da Ponte Maputo Ka-Tembe	227,93
	5	Asfaltagem da Estrada Ka-Tembe - Ponta de Ouro	174,74
	6	Reabilitação de Estradas	1.470,40
	7	Construção de 60 Casas	148,80
			Total Infraestrutura
Energia	8	Reabilitação das Centrais Eléctricas de Chicamba e Mavuzi	0,18
	9	Construção da central eléctrica de Mphanda Nkua- Fase 1	3,80
	10	Construção da Substação de Pemba	11,20
	11	Electrificação de novas Sedes Distritais	244,10
			Total Energia
Saúde	12	Continuação da Construção do Hospital Central de Quelimane	60,00
	13	Construção de Hospitais Distritais	768,50
			Total Saúde
Transportes e Comunicações	14	Construção do Aeroporto Internacional de Nacala	97,24
			Total Transportes e Comunicações
Total			3.551,82